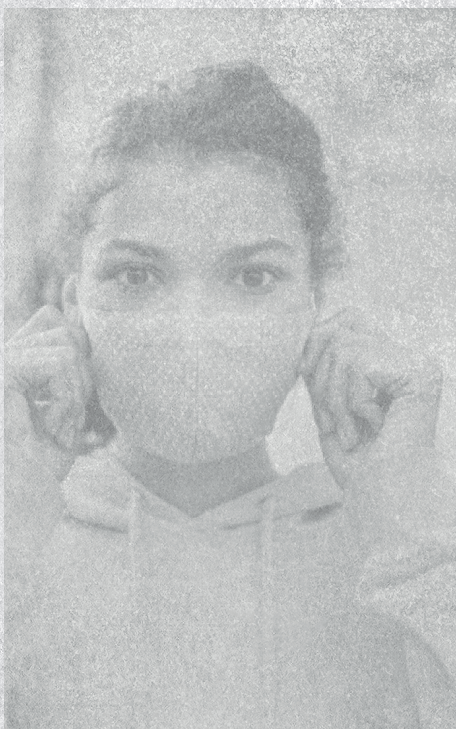


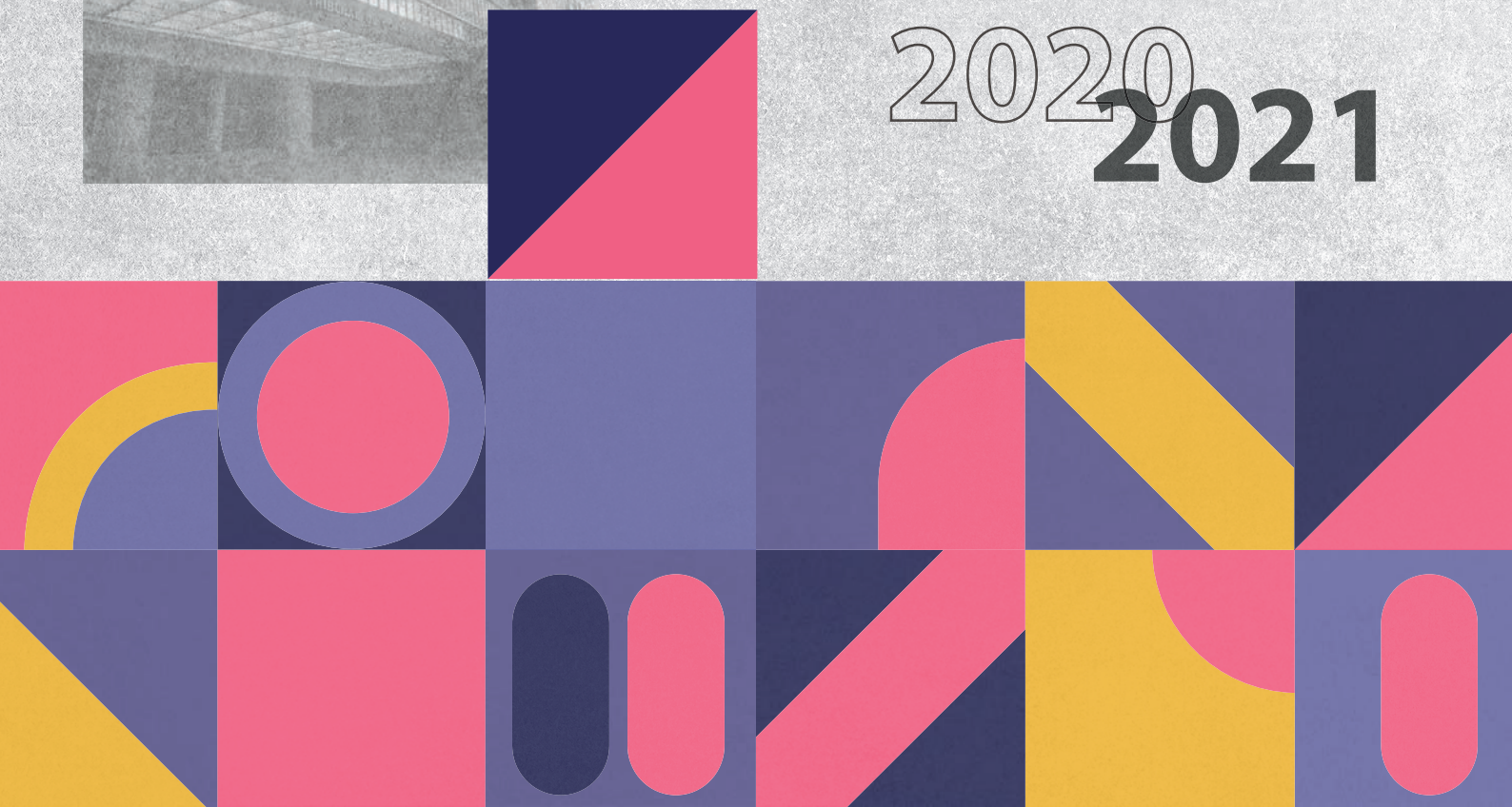


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DO RIO GRANDE DO SUL

Relatório de **Gestão**



biênio
2020
2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - RS

RELATÓRIO DE GESTÃO

2020 - 2021

Tribunal de Contas do Estado - RS

Conselheiros:

Presidente: Estilac Martins Rodrigues Xavier

Vice-Presidente: Alexandre Postal

2º Vice-Presidente: Cezar Miola

Corregedor-Geral: Marco Peixoto

Ouvidor: Iradir Pietroski

Presidente da 1ª Câmara: Renato Luís Bordin de Azeredo

Presidente da 2ª Câmara: Algir Lorenzon

Conselheiros Substitutos:

Alexandre Mariotti

Ana Cristina Moraes Warpechowski

Daniela Zago Gonçalves da Cunda

Heloisa Tripoli Goulart Piccinini

Letícia Ayres Ramos

Roberto Debacco Loureiro

Ministério Público de Contas:

Procurador-geral

Geraldo Costa Da Camino

Procuradores

Daniela Wendt Toniazzo

Ângelo Gräbin Borghetti

Fernanda Ismael

Chefe do Gabinete da Presidência:

Ricardo Superti de Oliveira

Diretor-Geral:

César Luciano Filomena

Diretor de Controle e Fiscalização:

Everaldo Ranincheski

Diretora Administrativa:

Renata Agra Balbueno

Diretor da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena:

Carlos Eduardo dos Santos Fleck

Tribunal de Contas do Estado - RS

Assessoria de Comunicação:

Marcos Flavio Rolim

Assessoria Jurídica:

Alvaro Walmrath Bischoff

Assessoria Militar:

Jadson Lopes Castanho

Supervisão de Informática:

Alexandre Porto Debeluck

Secretaria das Sessões:

Débora Pinto da Silva

Assessorias Especiais da Presidência:

Gleudson Renato Martins Dias - Assessor de Direitos Humanos e Garantias Fundamentais

Paulo Francisco Berta Wayne - Assessor de Relações Sociais e Conselhos

Ricardo de Almeida Collar - Assessor de Relações Institucionais

Pedro Luiz da Silveira Osório - Assessor de Comunicação

Carlson Janes Aquistapasse - Assessor de Tecnologia da Informação

Ricardo Fritsch - Assessor de Tecnologia da Informação

Serviço Regional de Auditoria de Caxias do Sul - SRCS

Cesar Murialdo Cavion

Serviço Regional de Auditoria de Erechim - SREC

Cleonice Angela Bertochi Pituco

Serviço Regional de Auditoria de Frederico Westphalen - SRFW

Gerson Batistella

Serviço Regional de Auditoria de Passo Fundo - SRPF

Neronte José Nunes Cavalleiro

Serviço Regional de Auditoria de Pelotas - SRPL

Renato Amaro da Silveira Grassi

Serviço Regional de Auditoria de Santa Cruz do Sul - SRSC

Jorge Eduardo Mesquita Freitas

Serviço Regional de Auditoria de Santa Maria - SRSM

Claudio Tito Gutierrez Guitierrez

Serviço Regional de Auditoria de Santana do Livramento - SRSL

Luiz Carlos Dias Corrêa Filho

Serviço Regional de Auditoria de Santo Ângelo - SRSA

Mário José Rockenbach

MENSAGEM DO **PRESIDENTE**

Esse relatório de gestão sintetiza as iniciativas desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) desde que assumimos a missão de dirigir a Instituição. Nenhum de nós poderia imaginar que iríamos enfrentar a mais grave crise de saúde pública mundial dos últimos 100 anos e que todos os nossos planos administrativos precisariam ser rapidamente reinventados.

Tendo presente o contexto pandêmico, é preciso assinalar que, em meio à tristeza que assola o País, com centenas de milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas e diante do aumento do desemprego, da fome e da exclusão social, o Tribunal cumpriu um importante papel de fiscalização e orientação aos gestores públicos do Rio Grande do Sul para que pudéssemos contar com iniciativas eficientes no enfrentamento da Covid-19. Da mesma forma, no âmbito interno, asseguramos aos membros e servidores as condições necessárias para que pudessem desempenhar suas funções, sem exposição a maiores riscos de contaminação, uma opção que materializa uma ética do cuidado que nos pareceu imprescindível e prioritária.

Nossa gestão procurou desenvolver o conceito com o qual temos pensado os desafios do controle externo, destacadamente a noção de que importa contribuir para que a gestão pública materialize os mandamentos constitucionais, desenvolvendo, por exemplo, políticas inclusivas que reduzam as abissais desigualdades sociais que seguem fraturando a sociedade brasileira. Nesse conceito, o Tribunal de Contas é concebido como uma Instituição para a promoção da cidadania, para além das contas, desafio que pressupõe a participação ativa de uma sociedade informada e habilitada a exercer o controle social. Nesse caminho, as iniciativas que tomamos estiveram comprometidas com a defesa da democracia e de suas instituições, com os objetivos do desenvolvimento sustentável definidos pelas Nações Unidas e com a superação das hierarquias de gênero e raça que estruturam nossa sociedade.

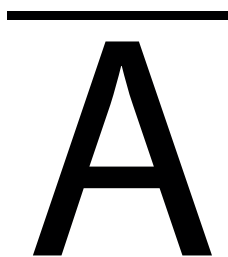
A partir desses marcos, qualificamos nossas relações institucionais, desenvolvemos parcerias com outros órgãos e com a sociedade civil, construímos elevadas relações com os Poderes e demais Órgãos autônomos e aproximamos o TCE-RS de destacados organismos internacionais como a OLACEF, a EUROSAI E A EURORAI. Ao mesmo tempo, aperfeiçoamos nossos processos internos, investimos em tecnologia da informação e produzimos benefícios de auditoria com economia aos cofres públicos estimada em mais de um bilhão de reais.

Nada disso teria sido possível sem o apoio dos meus colegas conselheiros e dos conselheiros e conselheiras substitutas, sem a colaboração do Ministério Público de Contas e sem a dedicação de nossos servidores e servidoras que demonstraram, mais uma vez, seu elevado espírito público. A todos eles, registro aqui meus agradecimentos. Com cada um deles e com cada uma delas, compartilho minha esperança em um futuro de mais justiça e igualdade.

Estilac Martins Rodrigues Xavier
Presidente do TCE-RS



APRESENTAÇÃO



A realidade que se impôs com a pandemia desafiou o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul a se adaptar rapidamente e com segurança; a transformar ameaças em oportunidades e a continuar avançando em busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Como gerir o trabalho a ser feito de forma remota? Como entender as novas prioridades, dimensionar o tempo das coisas e humanizar a relação das pessoas e suas particularidades? Como estabelecer responsabilidades e dar transparência aos esforços dispendidos? Como continuar inovando? Como repensar os processos de trabalho já consolidados? Como identificar formas para proteger a saúde da população e também a dos servidores, membros e gestores públicos?

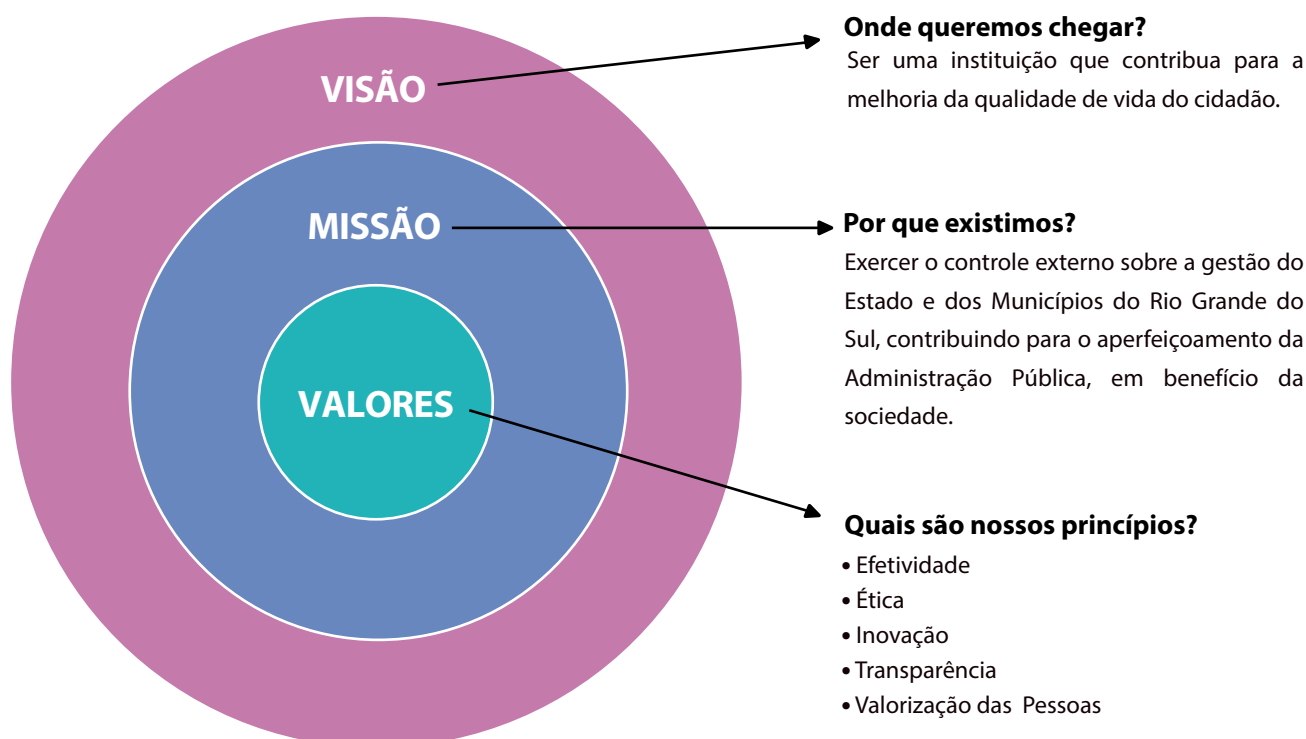
A ideia inédita de elaborar um plano das ações da gestão 2020/2021 mostrou-se acertada e imprescindível neste novo ambiente. Esse instrumento de planejamento e gestão reafirmou o alinhamento das ações institucionais aos Objetivos Estratégicos definidos no Planejamento Estratégico 2018-2022 e inovou ao buscar sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS).

O Plano de Gestão 2020-2021 constituiu-se de 33 Iniciativas Estratégicas organizadas e estruturadas em 256 entregas (produtos), o que facilitou a visão de todo o trabalho a realizar.

O desenvolvimento do módulo Plano de Gestão no Sistema SIGA – ver item 05 – permitiu o registro das iniciativas, a atribuição das responsabilidades pela execução das entregas e a estimativa dos seus prazos de conclusão, promovendo, assim, um maior controle e transparência das ações.

O propósito deste Relatório de Gestão é prestar contas dos temas relevantes que foram os focos das atividades realizadas pelo Tribunal de Contas gaúcho no período de 2020-2021 e reconhecer e valorizar o empenho dos servidores e membros que contribuíram para que atravessássemos este tempo de turbulência cumprindo com êxito nossa missão constitucional, **exercendo o controle externo sobre a gestão do Estado e Municípios do Rio Grande do Sul e contribuindo para o aperfeiçoamento da Administração pública, em benefício da sociedade.**

Identidade Organizacional



O presente relatório foi organizado em 10 eixos, que objetivam abordar os seguintes temas:

- 1 Controle externo**
- 2 Tecnologia e inovação**
- 3 Benefícios das auditorias concomitantes**
- 4 Transparência e Controle social**
- 5 Gestão e Governança**
- 6 Gestão de Pessoas**
- 7 Gestão do Conhecimento**
- 8 Sustentabilidade e Agenda 2030 da ONU**
- 9 Cidadania**
- 10 Parcerias e comunicação**

Sumário

1	Controle externo em busca do aprimoramento da gestão pública	12
2	Tecnologia e inovação fortalecem o controle externo	29
3	Benefícios das auditorias concomitantes	34
4	Transparência e controle social	43
5	Aprimoramento da gestão e governança	66
6	Gestão de pessoas alinhada a boas práticas de governança	79
7	Gestão do conhecimento e capacitações	92
8	Sustentabilidade e Agenda 2030 da ONU: alinhamento das ações do Tribunal	100
9	Cidadania como forma de fortalecimento da democracia	111
10	Parcerias institucionais e comunicação	126

1

Controle **externo**

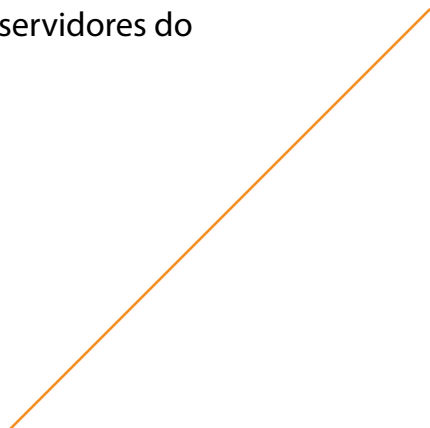
em busca do
aprimoramento
**da gestão
pública**

Controle externo em busca do aprimoramento

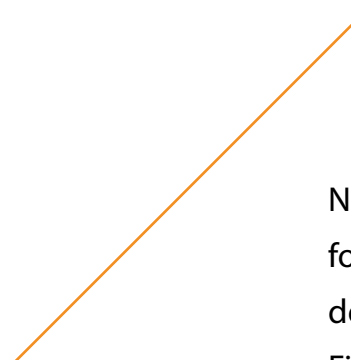
Em meados de março de 2020, devido à rápida disseminação geográfica da Covid-19, a Organização Mundial de Saúde declarou a pandemia do novo Coronavírus e, de imediato, com a imposição de restrições sanitárias, governos estaduais e municipais determinaram o isolamento social. O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), consciente da gravidade daquele momento, suspendeu as auditorias presenciais e adotou o trabalho remoto para todos servidores.

O grande desafio era adaptar as atividades de controle às restrições sanitárias de isolamento social, mantendo os elevados níveis de qualidade nas análises do corpo técnico e de capacidade de fiscalização em todos os municípios e órgãos do estado. De imediato, foi elaborado o Plano Emergencial de Fiscalização, com o objetivo de orientar as atividades de fiscalização dos serviços de auditoria enquanto não entrasse em vigor o Plano Anual de Fiscalização de 2020 (PAF). O plano emergencial definiu procedimentos para o acompanhamento das ações de enfrentamento à pandemia da Covid-19 e a realização de auditorias concomitantes dos atos de gestão, de forma remota.

Para evitar prejuízo à tramitação dos processos físicos, que tiveram os prazos suspensos em função da pandemia, a partir de março de 2020 foram convertidos mais de 5mil processos físicos em eletrônicos, permitindo o andamento processual e facilitando o acesso tanto para os servidores do TCE, como para os jurisdicionados.



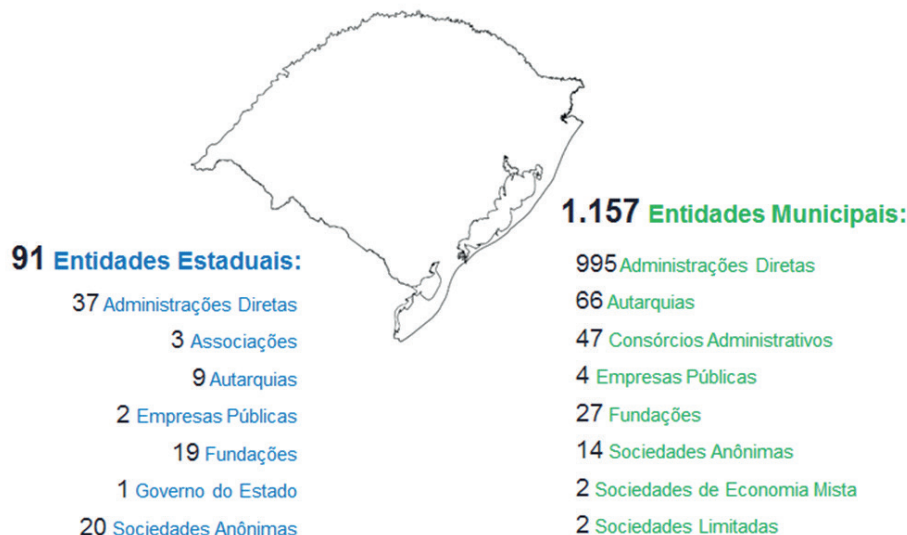
Processos físicos convertidos para eletrônicos desde 2020 + de 5 mil processos



Nesse contexto, os investimentos em Tecnologia da Informação foram fundamentais para ampliar as possibilidades de atuação de forma remota. Com esse suporte, a Direção de Controle e Fiscalização (DCF) priorizou o controle preventivo e concomitante, buscando evitar a ocorrência de irregularidades, o que gerou impactos positivos aos próprios entes fiscalizados e à sociedade.

O TCE-RS fiscaliza 1.248 órgãos públicos de todo o estado, auditando, anualmente, recursos orçamentários de cerca de R\$ 130 bilhões, aliando a expertise dos servidores ao uso intensivo de recursos tecnológicos.

Órgãos e Entidades Fiscalizados



Fonte: Portal TCE-RS, novembro de 2021.

A necessidade de aumentar a efetividade das decisões e de contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública resultou em mudanças significativas no processo de fiscalização nos últimos dois anos, com a reestruturação dos processos finalísticos e com a atuação preferencialmente preventiva e concomitante do controle externo realizada pelo TCE-RS.

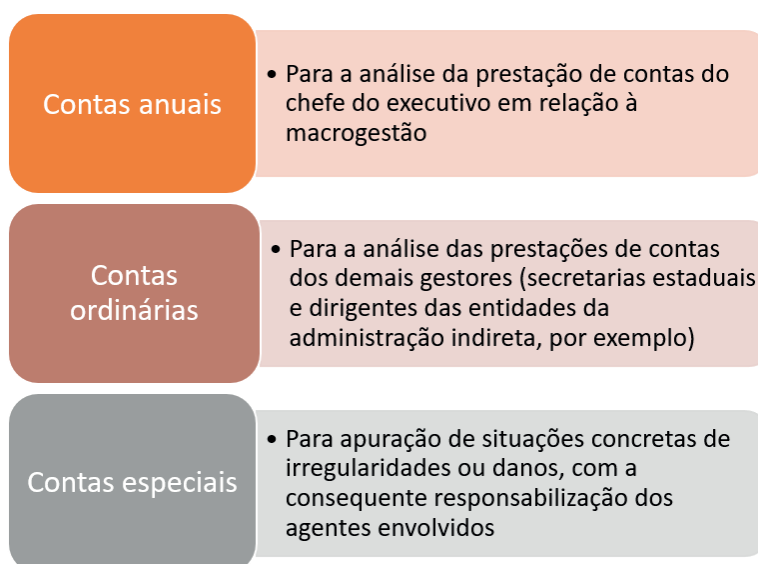
Ao mesmo tempo, era necessário dar atenção aos temas definidos como estratégicos no Planejamento Estratégico do TCE-RS 2018-2022. Nesse sentido, foram criados grupos de trabalho para discussão e proposição de possíveis ações de fiscalização relacionadas à transparência, receitas, educação e saúde. Essas áreas de atuação estratégicas se caracterizam pela complexidade, o que exige aprofundar conhecimentos para uma fiscalização efetiva que contribua para o aperfeiçoamento da gestão pública.

Também foi criado um grupo de trabalho para tratar do tema segurança da informação e segurança cibernética, que pretende identificar as principais vulnerabilidades, com vistas a subsidiar o planejamento das ações de fiscalização e acompanhamento na área.

Modelo processual evolui para adequar-se às mudanças e garantir decisões efetivas

O modelo processual não é uma construção estática e imutável. Ao contrário, ele deve evoluir para adequar-se às mudanças legislativas e à jurisprudência e para garantir a efetividade das decisões.

Considerando um contexto em que decisões prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal sobre as contas de gestão do prefeito ordenador criaram um quadro de incertezas, ensejando ações judiciais para questionar decisões do Tribunal de Contas, foi estabelecida a tipologia de três contas:



Na área municipal, o relatório de contas anuais viabilizou que uma série de análises fosse feita, de forma sistematizada, contínua e uniforme, em todos os municípios, em relação a alguns temas e políticas públicas. A informatização da coleta de dados e a automação ampliou os temas abordados, oferecendo ao Poder Legislativo e à sociedade análises técnicas consistentes da macrogestão a respeito de: sistema de controle interno, gestão orçamentária, demonstrações contábeis e patrimoniais, gestão fiscal, índices constitucionais, políticas públicas e conselhos municipais.

Com esse formato, o processo de contas anuais também valoriza o controle social, ao contemplar o atendimento de direitos assegurados por lei, como a proteção ao meio ambiente, a transparência dos gastos e receitas públicas, a execução de políticas voltadas à saúde, à educação, à igualdade racial, aos direitos das crianças, dos adolescentes e das mulheres.



Outra mudança em relação ao processo de contas anuais dos executivos municipais é que ele passou a ser instruído pelos serviços de auditoria, de forma que os aspectos macro e micro de uma gestão são analisados pela mesma unidade. A visão global do órgão fiscalizado, além de qualificar a instrução técnica, permite uma avaliação mais consistente do que pode ser considerado como material, crítico e relevante, contribuindo para um planejamento mais consistente da fiscalização.

Com relação às contas especiais, são processos abertos para a análise específica de atos de microgestão potencialmente caracterizadores de irregularidades ou dano ao Erário. Alcançam todos os agentes públicos e privados cujas condutas contribuíram para determinado prejuízo ou ilegalidade. O julgamento das contas especiais poderá imputar débitos, aplicação de multas e outras penalidades.

Os processos de contas especiais não estão vinculados à anualidade para a verificação de irregularidades em atos concretos e a apuração dos danos daí decorrentes, o que cria condições mais favoráveis à contextualização dos fatos e à responsabilização dos agentes, principalmente em obras e contratos com vigência por vários exercícios.

A respeito da responsabilização de agentes, foi introduzida outra inovação importante, congruente com o advento da Lei Federal nº 13655/2018 – Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: os processos de controle externo que comportam aplicação de multa ou imposição de débitos passaram a contar com uma ferramenta denominada “matriz de responsabilização”, para individualizar as responsabilidades.

Ênfase no controle concomitante **previne erros e má aplicação dos recursos públicos**

Auditorias concomitantes são aquelas em que os auditores acompanham, em tempo quase real, os atos administrativos dos gestores públicos. A sabedoria popular já ensinava que ‘é melhor prevenir do que remediar’. Esse ditado se aplica perfeitamente ao modelo de atuação do TCE-RS, que privilegia o controle externo concomitante, que garante a correção da ação administrativa no momento em que ela se desenvolve, podendo evitar práticas ilegais, desvios e desperdícios na gestão dos recursos públicos.

Ao agir antes que se produzam os efeitos dos atos irregulares, o TCE-RS auxilia os gestores para que os recursos disponíveis sejam utilizados com eficiência e probidade de acordo com as necessidades da população, o que é praticado sempre com respeito ao poder discricionário da Administração que seleciona caminhos, desde que autorizados por lei.

Os critérios para o controle concomitante são estabelecidos pelo Plano Anual de Fiscalização (PAF), um instrumento de planejamento que busca aproximar a atividade fiscalizatória das mais modernas técnicas de auditoria, com o emprego da tecnologia da informação e a priorização de temas de maior impacto social, econômico e financeiro.

As diretrizes do PAF têm apontado para a priorização dos exames sobre as fases iniciais de programas, projetos, obras e contratações, selecionados de acordo com os critérios da relevância, criticidade e materialidade. Essas diretrizes, formuladas nos planos de 2020 e de 2021, combinadas com a mudança do modelo processual, propiciaram a flexibilidade e as condições que permitiram o avanço da auditoria concomitante.

Embora o controle concomitante seja aplicável às diferentes áreas da administração municipal e estadual, ele tem sido realizado principalmente em relação às compras públicas e licitações, em função do LicitaCon, sistema informatizado desenvolvido pelo TCE-RS para controle e monitoramento das licitações e contratos administrativos firmados pelos órgãos, poderes e entidades das esferas municipal e estadual.

A partir de uma sistemática que permite o acompanhamento da licitação durante todas as fases do processo, e do contrato desde sua celebração até o seu encerramento, o LicitaCon ampliou a capacidade de monitoramento das contratações públicas, conferindo maior eficiência às atividades de controle desenvolvidas pelo TCE-RS.

O LicitaCon, aliás, um dos sistemas pioneiros no Brasil em sua temática, constitui uma referência nacional no sistema de controle externo. Atualmente, recebe uma média mensal de 7,5 mil licitações e 6 mil contratos, o que significa 341 editais e 273 contratos por dia. O sistema possui uma matriz de riscos, que, com base no cruzamento dos dados cadastrados e de fontes externas, alerta os auditores sobre os procedimentos de maior relevância e materialidade, cuja análise deve ser priorizada. O LicitaCon é, também, uma poderosa ferramenta para o controle social. Com acesso à internet, qualquer pessoa pode consultar o LicitaCon Cidadão, obtendo as informações, dados e documentos relativos às licitações e contratos administrativos realizados. O LicitaCon Cidadão tem registrado em média 30 mil usuários e 75 mil acessos por mês.



Contratações públicas são monitoradas com o auxílio do sistema LicitaCon

Editais e contratos recebidos por mês	
7.500 licitações	6.000 contratos

↓

Total já cadastrado	
412 mil licitações	379 mil contratos



Acesse o [LicitaCon Cidadão](#)

Consulta de informações, dados e documentos das licitações e contratos administrativos realizados pelos órgãos públicos do Rio Grande Sul.

<https://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50500:1:::>

Nova sistemática agiliza exame de atos de pessoal e tem caráter preventivo

Outra importante área de atuação do TCE-RS é a de exame da legalidade dos atos de admissão por concurso público ou por processo seletivo público na Administração Direta e Indireta do Estado e municípios gaúchos. Também nesse caso, buscou-se obter mais agilidade, com a utilização de sistemas de informação, o que permitiu o acompanhamento dos procedimentos para a admissão de pessoal desde a publicação do edital do concurso.

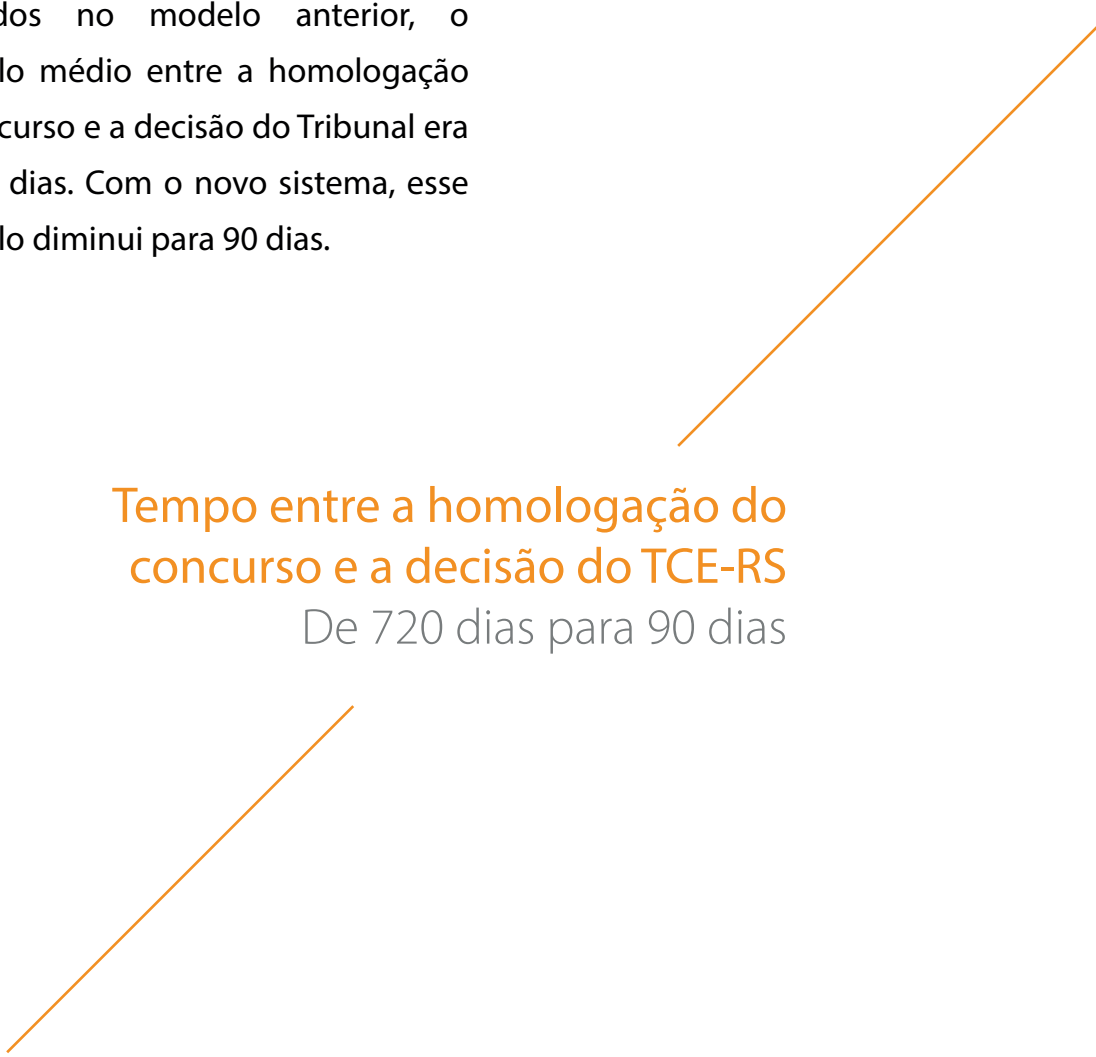
Na nova sistemática, o Tribunal de Contas começa a atuar cinco dias após a publicação do edital e o relatório da auditoria é concluído tão logo se encerre a homologação do concurso ou processo seletivo. Dessa forma, as eventuais inconformidades são constatadas antes da homologação do concurso, oportunizando que a correção seja feita tempestivamente.

Já com relação aos atos de admissão, a separação da avaliação do edital em processo próprio permite que a análise do ato admissional fique concentrada exclusivamente na documentação do ingressante e no respeito à ordem de classificação. Eventuais inconformidades encontradas são comunicadas em um curto período de tempo aos órgãos fiscalizados, antes que a situação esteja consolidada.

O novo Sistema Informatizado de Auditoria de Pessoal (SIAPES) já tem mostrado resultados muito positivos. Dos 181 editais de concurso ou processo seletivo públicos examinados com essa metodologia, 78 apresentaram inconformidades que demandavam a necessidade de retificação. Após o TCE-RS comunicar aos fiscalizados as falhas encontradas e as correções necessárias, todos esses editais foram ajustados e, como consequência, considerados regulares.

Com relação aos atos de admissão, para a totalidade dos 858 atos de admissão já examinados foi sugerido o registro, sem indicação de inconformidade.

Essa mudança também permitiu uma acentuada diminuição do prazo entre a homologação do concurso e a decisão do TCE-RS, proporcionando mais segurança jurídica aos gestores. Tomando como base os atos examinados de 2010 a 2018, período em que todos os processos foram realizados no modelo anterior, o intervalo médio entre a homologação do concurso e a decisão do Tribunal era de 720 dias. Com o novo sistema, esse intervalo diminuiu para 90 dias.



**Tempo entre a homologação do
concurso e a decisão do TCE-RS**

De 720 dias para 90 dias

Com a programação para exame dos atos de admissão definida em planos operativos semestrais, a tendência é que no mesmo ano em que acontece o ingresso, já seja proferida decisão do TCE-RS sobre a regularidade do ato.

Além dos atos de admissão, o TCE-RS também realiza o exame dos atos de concessão de aposentadorias ou transferências para a reserva, atividade que tem gerado benefícios significativos para a administração pública. Por exemplo, no período de 01/01/2020 a 30/09/2021, a correção de irregularidades sanáveis verificadas em processos de inativações e pensões no âmbito municipal totalizou um benefício financeiro de R\$ 72,4 milhões ao Erário. São casos em que o valor proposto no ato era superior ao legalmente devido, sendo corrigido após a intervenção do Tribunal de Contas.



O cálculo desse benefício é feito com base na apuração do valor potencial médio a partir da comparação do valor dos proventos proposto no ato inicial e aquele registrado no último ato de concessão posterior à atuação do TCE-RS, considerando o gênero e a data de nascimento, em comparação com a expectativa de vida calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O esforço em aperfeiçoar o processo de trabalho na área de exame de admissões e inativações está gerando também ganhos administrativos. Por exemplo, em 01/01/2020 havia um estoque de 17.277 processos a serem examinados, número que foi reduzido para 10.945 em 31/10/2021.



Redução de 37% no estoque de processos a serem examinados

17.277 para 10.945

É preciso levar em conta que esse ganho de eficiência ocorreu mesmo num contexto de trabalho remoto e com uma premente necessidade de estudos e adaptações a uma série de modificações do sistema previdenciário trazidas pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Antes da edição dessa emenda, as regras estabelecidas para as inativações e pensões eram aplicáveis a todos os servidores públicos federais, estaduais e municipais filiados a regimes próprios de previdência. A Emenda quebrou um paradigma ao estabelecer que parte de suas regras não seriam aplicadas a servidores municipais e estaduais, dando autonomia aos entes subnacionais para disporem sobre o seu regime previdenciário. Com essa mudança, o TCE-RS desenvolveu nova versão do seu Sistema de Pensões e Inativações da Esfera Municipal (SAPIEM) para adequar-se às normas de aplicabilidade imediata trazidas pela emenda reformadora de 2019, e também às inúmeras novas regras permanentes e de natureza transitória.

Fiscalização dos gastos com saúde e enfrentamento à pandemia:

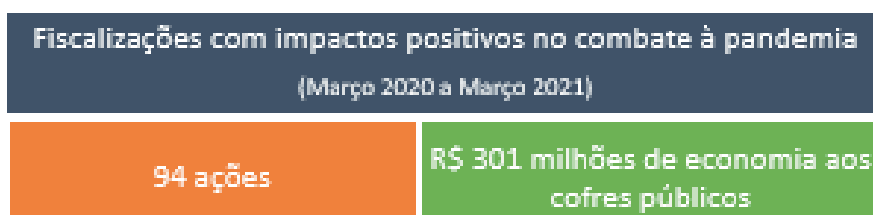
benefícios à sociedade e maior transparência

Na realidade pandêmica, o TCE-RS desenvolveu ações de controle preventivo que contribuíram para que as ações dos administradores públicos no combate à pandemia estivessem de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A ação imediata do TCE-RS foi estabelecer o Plano Emergencial de Fiscalização específico à Covid-19, ponderando as necessidades de enfrentamentos imediatos pelos gestores e intensificando a utilização de ferramentas de tecnologia de informação para suporte ao trabalho dos auditores e oficiais de controle externo.

Como resultado dessas ações fiscalizatórias, o controle externo oportunizou aos gestores públicos a implementação de melhorias em diversos itens relacionados à saúde pública, como aquisição de máscaras, compra de medicamentos, testes de Covid-19 e contratação de serviços médicos.

Um levantamento realizado em março de 2021 revelou a quantidade de ações com impactos positivos diretos nas ações de enfrentamento à pandemia e a soma em benefícios financeiros à sociedade:



Transparência da Vacinação

Ainda com relação à pandemia, o TCE-RS realizou a Avaliação da Transparência da Vacinação Covid-19, que teve por objetivo fiscalizar a forma como os executivos municipais e estadual divulgavam as informações relativas à vacinação contra a Covid-19 em seus sites institucionais ou portais de transparência. Essa pesquisa foi feita durante os meses de julho, agosto e setembro de 2021.

Inicialmente, a pontuação média geral dos municípios gaúchos, em uma escala de 0 a 10, havia ficado em 3,4 (percentual de atendimento de apenas 34% dos critérios avaliados). Após o período concedido para ajustes, a pontuação média geral dos municípios subiu para 7,2 (72% de atendimento aos critérios avaliados). Essa experiência, que contou com estratégia específica da área de comunicação social do TCE-RS, evidencia o poder indutor da atuação do TCE-RS que provocou a melhora dos indicadores de desempenho dos órgãos fiscalizados.



Relatório da transparência da vacinação e materiais complementares



<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/cidadao/transparencia-vacinacao-covid-19/>

Notícia na mídia:

Após relatório do TCE-RS, 88% dos municípios do RS melhoram transparência sobre dados da vacinação contra a Covid

No relatório de agosto, 60% das cidades não divulgavam corretamente informações públicas. Em setembro, 88% melhoraram a transparência.



<http://encurtador.com.br/hAFMQ>

ANÁLISE DE REPASSE FEDERAL

Outra ação importante do TCE-RS foi a análise do repasse federal de R\$ 3,01 bilhões recebidos pelo Estado em 2020 de forma extraordinária, para mitigar os impactos da pandemia. O estudo demonstrou que os recursos repassados pela União ao Governo Estadual para o enfrentamento à Covid-19 foram aplicados de acordo com a destinação prevista, sendo a maior parcela para livre aplicação, com o objetivo de diminuir o efeito negativo na arrecadação estadual causado pelo fechamento do comércio e pela redução da atividade econômica. Os recursos com aplicação vinculada também foram devidamente utilizados nas áreas da saúde, assistência social e cultura.

Notícia na mídia:

Estudo do TCE-RS mostra que RS aplicou R\$ 867,7 milhões enviados pelo governo federal em saúde na pandemia

União repassou, entre abril de 2020 e janeiro de 2021, R\$ 3,01 bilhões extras. Mais de R\$ 2,07 bilhões de livre aplicação são reposição às perdas em arrecadação previstas em lei.



<http://encurtador.com.br/bpB39>



INVESTIGAÇÕES EM PARCERIA COM OUTROS ÓRGÃOS

O Tribunal de Contas empreendeu também ações em conjunto com outras instituições de controle, como a “Operação Camilo”, que foi resultado de uma força-tarefa integrada pelo TCE-RS, Ministério Público Estadual, Polícia Federal, Controladoria Geral da União, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual. O nome da operação foi em referência ao santo da Igreja Católica São Camilo de Lellis, intercessor de todos os enfermos e profissionais de saúde.

Foi a partir do trabalho dos auditores do TCE-RS que a investigação apurou crimes de fraude à licitação, peculato, corrupção passiva, organização criminosa, ocultação de bens, crime de responsabilidade e desobediência envolvendo a Prefeitura de Rio Pardo, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) e empresas terceirizadas. O prejuízo estimado foi superior a R\$ 15 milhões em recursos da saúde, repassados pela União e pelo Estado a uma organização social.

2

Tecnologia e **inovação**

fortalecem o
controle externo



Tecnologia e inovação fortalecem

A partir da disponibilidade de grande volume de dados oriundos de bases próprias, públicas e obtidas a partir de termos de cooperação, o TCE-RS desenvolveu sistemas e criou robôs capazes de processar grande volume de dados a fim de gerar informação e conhecimento, colaborando para o aperfeiçoamento e racionalização dos processos de fiscalização e acompanhamento dos atos administrativos.

Alguns desses sistemas e ferramentas estão ancorados em recursos de inteligência artificial, tornando as atividades mais céleres e econômicas e permitindo que o controle ocorra quase em tempo real. O avanço do desenvolvimento das ferramentas foi possível graças ao investimento em infraestrutura tecnológica por parte do TCE-RS e pela existência de bases de dados estruturadas, tais como o Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC) e o LicitaCon.

Descrição sintética das **ferramentas desenvolvidas recentemente**

Robô ÍCARO

Identificação de Comportamento Atípico na Aplicação de Recursos Orçamentários

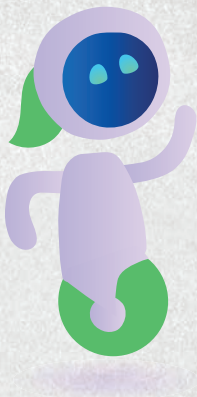
Analisa as despesas dos entes fiscalizados e emite alertas automáticos aos auditores, quando identificado comportamento atípico na execução dessas despesas.



Robô RAQUEL

Revisão Automática da Quebra de Uniformidade em Empenhos e Liquidações

Valida os dados enviados pelos órgãos fiscalizados municipais via Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas/ Programa Autenticador de Dados (SIAPC/PAD) e identifica a ocorrência de alterações orçamentárias entre as diferentes remessas.



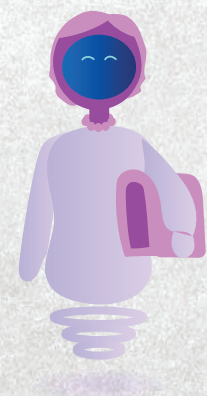
Robô LAÍS

Licitacon Análise de Indícios de Sobrepreço

Integrado ao sistema LicitaCon, auxilia os auditores na pesquisa de preços de referência e na comparação destes com os preços estimados e contratados pelos órgãos fiscalizados.



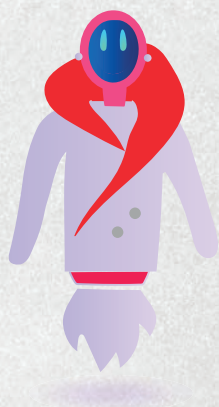
TECNOLOGIA



Robô LÍDIA

Leitor de Informação de Diários

A partir da utilização de conceito de inteligência artificial, identifica processos licitatórios ou contratações publicadas em diários oficiais e portais de compras públicas que não estejam cadastradas no LicitaCon.



Robô RIANNA

Relatório de Indícios para Auditoria com base em Notas Fiscais com Numeração Atípica

Identifica a emissão de notas fiscais com numeração atípica contra órgãos públicos, como possível indício de irregularidade em contratações de empresas em início da atividade ou exercendo atividades de forma esporádica.

Notícia na mídia:

"Robôs" elevam controle e otimizam o gasto público

Com cinco sistemas, TCE-RS conseguiu corrigir valores e identificar possíveis irregularidades, gerando economia de R\$ 600 milhões.



<http://encurtador.com.br/vG379>

INOVAÇÃO

3

Benefícios das **auditorias concomitantes**

para a administração
pública e **para a
sociedade**



Benefícios das auditorias concomitantes

Com a pandemia e a necessidade de manter suas atividades fiscalizatórias mesmo em trabalho remoto, o TCE-RS passou a dedicar esforços para ampliar as auditorias concomitantes. Essa modalidade permite que os auditores acompanhem, praticamente em tempo real, as ações dos entes fiscalizados, e atuem para corrigir eventuais inconformidades antes que o gasto público seja efetivado, o que evita possíveis desperdícios e necessidade de posterior devolução de valores pelos gestores.

Tendo a vantagem dos sistemas informatizados, foi possível estabelecer critérios para medir os benefícios gerados com as auditorias concomitantes, demonstrando, em números, como a atuação do Tribunal de Contas beneficia a sociedade, garantindo que os recursos públicos sejam devidamente aplicados.

Ações do TCE geram mais de **R\$ 1,4 bilhão em economia** para administração pública gaúcha

Quando um gestor municipal publica um edital para a contratação de serviços para a construção de uma obra pública, esse edital é lançado pelo órgão ou entidade fiscalizada no sistema LicitaCon, o que oportuniza aos auditores e auditoras o exame imediato da documentação. Uma vez identificada alguma inconformidade ou oportunidade de melhoria, a auditoria, de imediato, comunica o gestor, alertando-o do problema, o que enseja, quase sempre, a correção da inconformidade. Essa dinâmica passou a ser uma constante com as auditorias concomitantes do TCE-RS.



O fato de serem matérias ajustadas ou corrigidas sem tramitação em processo dificulta a quantificação desses resultados, havendo o risco de serem desconhecidos pela sociedade. Também é verdade que grande parte dos impactos positivos é inviável de ser medida: a expectativa de controle, a prevenção de desperdícios, o efeito pedagógico, o aprimoramento em atos legais e a própria redução do sentimento de impunidade dificilmente podem ser quantificáveis e apresentados de forma objetiva.

Para dar conta desta complexidade, o TCE-RS elaborou uma metodologia de registro e controle dos benefícios das ações de controle externo – disciplinada pela Instrução Normativa TCE-RS nº 04/2019 – em aderência às práticas já adotadas por outras instituições públicas e tribunais de contas no País, o que permite estimar de forma clara e objetiva o resultado positivo que o TCE-RS pode proporcionar aos cofres públicos municipais e estaduais em benefícios como correção de impropriedades, incremento de eficiência, redução de valor de contrato, redução em preço máximo de processo licitatório e aprimoramento em metodologias de estimativa de custos.

Algumas atuações podem ser expressas em termos numéricos – financeiros ou não-financeiros – enquanto outras não são possíveis de quantificação. Em outros casos, o impacto positivo da ação de controle externo será materializado ao longo do tempo. É o que ocorre, por exemplo, quando são implementadas melhorias organizacionais, aperfeiçoamento de controles internos, melhoria de condições sociais, aperfeiçoamento de leis e regulamentos.

Um ponto a destacar é que um dos princípios da auditoria concomitante é a atuação dialógica e colaborativa com os administradores públicos, que, de fato, são responsáveis pelos resultados positivos, pois, ao serem comunicados de possíveis inconformidades, têm adotado medidas corretivas, evitando que eventuais prejuízos ou impropriedades sejam materializados.

ALGUNS EXEMPLOS DE BENEFÍCIOS:

Economia na compra de materiais de prevenção à Covid-19

A partir de reuniões técnicas com os gestores do Consórcio Público do Extremo Sul, a equipe de auditores do TCE-RS viabilizou a qualificação nos procedimentos para aquisição de materiais de prevenção à Covid-19, favorecendo a geração de economia e maior competitividade à licitação.

Redução de preço máximo em pregão eletrônico R\$ 239 milhões

Por meio do Pregão Eletrônico n.º 003/2021, o Consórcio viabilizava a compra de itens diversos aos municípios integrantes, tais como máscaras, álcool em gel, tapetes sanitizantes, totens dispensadores de álcool em gel e termômetro digital. Em atuação concomitante, os auditores identificaram oportunidades de melhorias, permitindo uma redução de R\$ 239 milhões no preço máximo estabelecido para as aquisições.

Melhorias no projeto de Concessão da RSC-287

O exame de forma concomitante de Concessões, Privatizações e Parcerias-Público-Privadas (PPPs) estruturadas pelo poder executivo estadual ou municipal também resultou em benefícios para a administração pública e a sociedade.

Um exemplo é a atuação realizada no exame da Concessão da RSC-287: a partir de diversas reuniões técnicas e compartilhamentos de estudos junto à atual Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e à Secretaria Extraordinária de Parcerias do RS, os auditores identificaram diversas oportunidades de melhorias no projeto, com a supressão de custos na ordem aproximada de R\$ 93 milhões, aumentando a atratividade do empreendimento e preservando o interesse público. Após a publicação do edital de concessão, não foi apresentada qualquer representação e cinco empresas participaram do processo, havendo deságio de aproximadamente 53% na tarifa básica de pedágio.



Supressão de custos na
Concessão da RSC-287

R\$ 93 milhões

Redução da tarifa
básica de pedágio

53%

Identificação de inconformidades em edital para contratação de obra

A Concorrência Pública nº 03/2020 do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgotos de Caxias do Sul teve por objeto a contratação de empresa para a obra de reforma e ampliação da capacidade de tratamento da Estação de Tratamento de Água Dr. Celeste Gobbato no município.

Em atividade de acompanhamento, a equipe do TCE-RS identificou inconformidades no edital quanto a exigências excessivas na habilitação e sobrepreço na planilha de custos de referência. Após ser comunicada das irregularidades, a autarquia retificou o edital, gerando redução de R\$ 2.284.478,12 no valor estimado da licitação.

**Economia com a
retificação do edital**

R\$ 2 milhões

Identificação de sobrepresos em licitação para compra de pneus

O exame realizado pelos técnicos do Tribunal de Contas no edital do Pregão Eletrônico nº 11/2020, aberto pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai (CIRAU), situado em Erechim, com o objetivo de selecionar propostas para aquisição de pneus novos mediante registro de preços, indicou sobrepreço na maioria dos 100 itens da licitação. Depois de ser informado das inconformidades, o Consórcio retificou o edital, ajustando os preços de referência. Como isso, houve uma redução de R\$ 11 milhões no preço estimado inicialmente.



Ajustes nos preços de
referência do edital
R\$ 11 milhões

O conjunto das ações de fiscalização realizadas pelo TCE-RS no biênio 2020-2021 (até setembro/2021) resultou numa economia de mais de um bilhão e quatrocentos milhões de reais para os cofres públicos gaúchos, conforme discriminado abaixo:

R\$ 717 milhões
Correção de irregularidades e
impropriedades

R\$ 426 milhões
Redução de preço máximo em
processo licitatório

R\$ 146 milhões
Incremento da economia, eficiência
ou eficácia

R\$ 126 milhões
Aperfeiçoamento em metodologias
de estimativa de custos

ECONOMIA OBTIDA PELA AÇÃO DO TCE
(2020-2021)

Total de **R\$1,4 bilhão**

4

Transparência e **Controle Social** **fortalecidas** por novos instrumentos





Ao longo destes dois anos, o Tribunal de Contas desenvolveu uma atuação conectada com a sociedade civil, com destaque para as universidades e os movimentos sociais.

A partir dos resultados do estudo do Grupo de Trabalho criado para tratar da articulação institucional do TCE-RS com o Controle Social, várias foram as iniciativas de aprimoramento do diálogo do Tribunal com os conselhos sociais e de fortalecimento dessa importante ferramenta da cidadania.

Dentre essas iniciativas, destacamos o Plano de Participação Social, por meio do qual foram realizadas ações de diálogo, formação, reflexão e disponibilização de informações sobre importantes políticas públicas.

Ações de Diálogo:

Pesquisa sobre relação entre TCE-RS e conselhos;

Reuniões com conselhos;

Webinários temáticos acerca da articulação institucional do TCE-RS;

Criação de Grupo de Trabalho para elaboração de estudo acerca da articulação institucional do TCE-RS com o Controle Social;

Implementação do primeiro Plano de Participação Social.

Ações de Fortalecimento:

Pesquisa sobre a situação dos conselhos;

Disponibilização das informações sobre Políticas Públicas pela Direção de Controle e Fiscalização do TCE-RS no processo de tomada de contas;

Ofertas de cursos;

Realização de webinários para discutir o papel do Controle Social.

Identificados pontos de melhorias para os

Conselhos Sociais nos Municípios

A gestão 2020-2021 deu atenção especial ao controle social, buscando contribuir para o aprimoramento dos conselhos sociais, para que, participando da definição de prioridades e na elaboração e avaliação de políticas públicas, se reforce a democracia e a participação popular.

Com base em questionários enviados aos executivos municipais com o objetivo de coletar informações para a elaboração dos relatórios de contas anuais do exercício de 2020, foi possível visualizar o cenário em que se encontra o controle social no Estado do RS.

Verificou-se que, dentre os conselhos pesquisados, os conselhos Tutelar, de Saúde, Assistência Social, Educação, Direitos da Criança e do Adolescente e Meio Ambiente estão presentes na quase totalidade dos municípios, demonstrando sua consolidação junto à sociedade e às administrações municipais.

Apesar disso, identificaram-se diversas oportunidades de melhoria, as quais contribuiriam para o aperfeiçoamento destes colegiados, citando-se, por exemplo, a necessidade de:

Regulamentar o funcionamento dos Conselhos em regimento interno;

Garantir que a sociedade seja representada em no mínimo 50% das vagas, para efetiva paridade com órgãos governamentais;

Oferecer infraestrutura adequada para o funcionamento dos Conselhos; e

Garantir recursos para as despesas fundamentais desses colegiados.

Em um segundo nível, verifica-se que os conselhos de Políticas para as Mulheres e de Saneamento Básico têm presença ainda reduzida no cenário gaúcho, tendo sido criados por cerca de apenas 20% dos municípios. Nesses dois casos, além da necessidade de implementar as melhorias já citadas, é imperioso que mais municípios criem essas estruturas, seja para desenvolver políticas eficientes de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, sejam para propiciar – no caso dos conselhos de saneamento - o recebimento de recursos federais com o objetivo de universalizar o fornecimento de água potável e a coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033.

Verificou-se, ainda, que o conselho de Igualdade Racial foi criado em somente 15 municípios gaúchos, sendo necessária uma ampla mobilização no sentido de estimular a criação e a estruturação desses colegiados, fundamentais para o combate ao racismo estrutural.

**Conselhos Municipais
presentes no RS**

Municípios: Conselho Tutelar

e: Saúde
Assistência Social

Em todos os Municípios: Conselho Tutelar

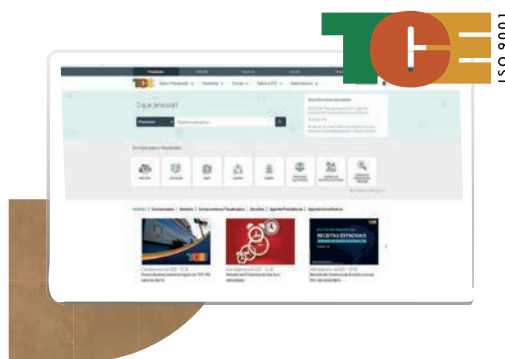
Na maior parte: Saúde
Assistência Social
Educação
Direitos da Criança e do Adolescente
Meio Ambiente

Abaixo de 20% Políticas para as Mulheres
Saneamento Básico

Abaixo de 5% Igualdade Racial

TCE-RS é nota 10 no ranking da Transparência Brasil

Em 2021, o Tribunal de Contas do Estado do RS atingiu a nota máxima no ranking elaborado pela ONG Transparência Brasil para avaliar a transparência e a qualidade dos dados dos tribunais de contas estaduais e municipais brasileiros, especificamente no que se refere a contratos de alimentação escolar. Foram avaliados tanto os dados fornecidos pelos Tribunais de Contas pela via da transparência passiva, quanto aqueles já publicados pelos órgãos de controle em transparência ativa.



Para obter os dados necessários para a realização do controle social sobre as compras relacionadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Transparência Brasil enviou pedidos de acesso à informação aos Tribunais de Contas subnacionais, nos termos da Lei de Acesso à Informação (LAI), solicitando dados abertos. Foram requeridas as bases de dados contendo todos os contratos firmados a partir de 2017, bem como os editais de licitação abertos nesse período para aquisição de gêneros alimentícios, de refeições prontas e/ou contratação de serviço de fornecimento de merenda escolar.

De um universo de 32 tribunais de contas avaliados pela ONG Transparência Brasil, apenas os do Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraíba, Mato Grosso e Pará foram capazes de atender a todas as condições básicas de transparência.

Portal Dados Abertos

Para aumentar a transparência, a colaboração e a participação dos cidadãos nas políticas e ações de governo, o TCE-RS disponibiliza dados recebidos dos órgãos fiscalizados no Portal Dados Abertos que podem ser utilizados livremente e redistribuídos por e para qualquer pessoa.

<http://dados.tce.rs.gov.br/>

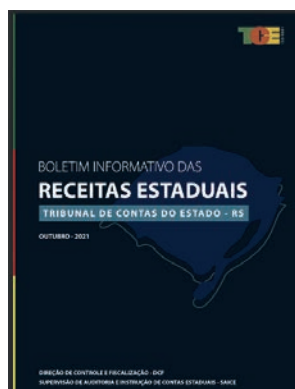


Avaliação da transparência da gestão pública pelo TCE-RS fortalece o controle social

Desde 2012, o TCE-RS tem atuado fortemente na avaliação dos portais de transparência dos municípios gaúchos. Em 2021, além das análises que tradicionalmente vinham sendo feitas e da avaliação da transparência da vacinação contra a Covid-19, já mencionada, o Tribunal de Contas ampliou o escopo da análise, incorporando o exame da transparência dos repasses às Organizações da Sociedade Civil (OSC), entidades sem fins lucrativos, constituídas sob natureza jurídica de associações privadas, fundações privadas, organizações religiosas ou cooperativas sociais, com o objetivo de aprimorar a administração, o controle e o monitoramento dos repasses de recursos públicos a essas entidades.

Outra ação desenvolvida em 2021 pela primeira vez foi a avaliação da transparência ativa nos sites oficiais dos órgãos e entidades do Estado do Rio Grande do Sul, incluindo itens relacionados à transparência e à acessibilidade das seguintes informações: organizacionais, registro de despesas e de receitas, licitações, contratos, administração do patrimônio público (imóveis e veículos), diárias e ouvidoria.

Ainda na área estadual, merece destaque o monitoramento dos ingressos no tesouro, dados que resultam na elaboração diária do Boletim Informativo das Receitas Estaduais, encaminhado aos demais poderes do Estado. A versão completa demonstra a variação de ingresso dos impostos, transferências e demais grupos de receitas, e uma versão sintética é publicada no Portal do TCE-RS no início de cada mês, bem como veiculada nos principais canais de notícias do estado, ampliando a transparência sobre as receitas do Poder Executivo Estadual.



Boletins Informativos das Receitas Estaduais



<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/temas-especiais/bi-receitas-estaduais/>

Notícia na mídia:

Receita estadual mantém tendência de crescimento



<https://www.correiodopovo.com.br/colunistas/taline-oppitz/receita-estadual-mant%C3%A9m-tend%C3%Aancia-de-crescimento-1.667893>

Também em 2021, o TCE-RS, juntamente com o TCU e a CGU, integrou o projeto Força Tarefa Cidadã, que engloba um conjunto de ações de monitoramento de portais de transparência realizado por voluntários e técnicos. O objetivo é verificar se os Municípios disponibilizam e cumprem as normas previstas na Lei de Acesso à Informação, além de outros preceitos da transparência pública. O projeto tem a parceria das redes de controle nos estados e do Observatório Social do Brasil e envolveu mais de 2,3 mil Municípios em oito estados.



A contribuição do TCE-RS para transparência da gestão pública também se concretiza a partir de estudos aprofundados em áreas específicas. Um exemplo foi a análise do Fluxo de Caixa do Estado em 2020, com foco na redução na dívida do RS, utilizando os dados do Sistema Integrado de Administração de Caixa (SIAC). A análise resultou em extenso e completo trabalho, detalhando o funcionamento do SIAC, o uso de recursos vinculados, o recebimento de repasses federais, a reorganização das contas do SIAC e a desconstituição de fundos, mudanças na previdência estadual, economias ocorridas no ano e as principais obrigações do estado ao final de 2020. Foram analisadas as causas da queda na dívida do SIAC, constatando-se que um conjunto de fatores ocorridos durante o exercício de 2020 foi responsável pela referida economia nos cofres públicos, como a utilização de recursos vinculados em despesas que antes estavam sendo pagas com recursos livres.

Transparência do TCE-RS reduz demandas pelo “**Serviço de Informação ao Cidadão**”

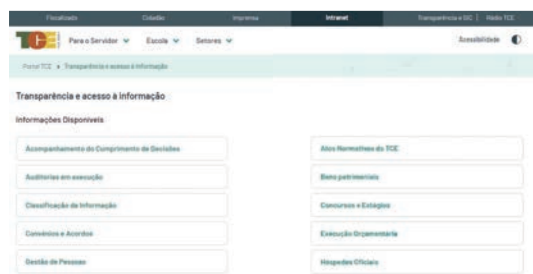
O Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul busca, constantemente, melhorar a transparência ativa, publicando prontamente as informações que produz e mantendo seus bancos de dados atualizados. Os dados sobre o TCE-RS estão disponíveis no site (www.tcers.tc.br), no menu “Transparência e SIC”.

As informações não disponíveis podem ser solicitadas por meio do preenchimento do formulário do SIC - Serviço de Informações ao Cidadão.

Historicamente, a maioria dos pedidos de informações encaminhados por meio do SIC visavam ao acesso a documentos de processos de contas. Com o avanço na transparência ativa desses processos, tais demandas foram reduzidas a cerca de 21% do total, e com forte tendência de diminuição desse percentual a cada ano. Da mesma forma, o número total de pedidos de informação caiu pela metade nos últimos dois anos.

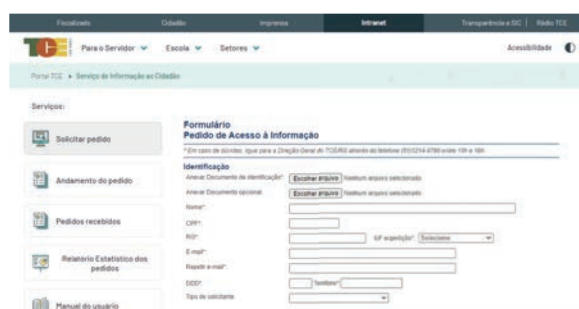
Ano	Total de pedidos da LAI	Pedidos de cópia de Processos	%
2017	291	165	57%
2018	249	127	51%
2019	271	116	43%
2020	155	76	49%
2021 (até 31/10)	131	28	21%

Menu **Transparência**



<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/transparencia-e-acesso-a-informacao/>

Serviço de **Informação ao Cidadão**



<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/sic/>

Informações coletadas nos processos de contas em 2020 dão origem a **diagnósticos sobre a gestão municipal**

As informações coletadas para os processos de contas anuais dos prefeitos municipais do exercício de 2020 formam uma extraordinária fonte de dados que permitiram a elaboração de diagnósticos sobre importantes áreas da gestão municipal:

Orçamentos
Públicos
Municipais

Gestão dos
Regimes Próprios
de Previdência

Educação

Meio Ambiente e
Saneamento
Básico

ORÇAMENTOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

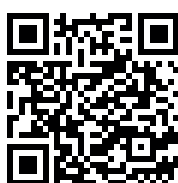
O objetivo do estudo foi a elaboração de um diagnóstico sobre o orçamento público municipal, aumentando a compreensão dos diversos atores a respeito do comportamento histórico das receitas e despesas públicas, gerando informação útil a partir da vasta base de dados do TCE-RS e do novo relatório de contas anuais, inaugurado a partir do exercício de 2020 para as prefeituras gaúchas.

Receitas: em que pese a composição da matriz econômica e os desafios inerentes a cada ente nacional, observa-se especial espaço para ações de melhoria na arrecadação municipal, sobretudo nos impostos incidentes sobre a propriedade. Neles, medidas como a atualização da planta de valores e o constante recadastramento imobiliário permitem a melhor distribuição do ônus tributário em direção àqueles que mais possuem capacidade econômica, contribuindo, assim, para aumentar a justiça fiscal.

Despesas: constatou-se que o crescimento ocorreu em proporções diferentes conforme o recorte populacional: municípios de porte mais elevado – população superior a 100 mil habitantes – foram os que apresentaram menores variações. Os municípios situados na faixa de 20 mil a 100 mil habitantes foram os que apresentaram maiores elevações – com crescimento total no período superior a 30%.



Levantamento sobre Orçamentos Públicos



<https://cloud.tce.rs.gov.br/s/Mgmisy64Gc8E2j8>

Notícia:

TCE-RS apresenta radiografia dos orçamentos públicos municipais



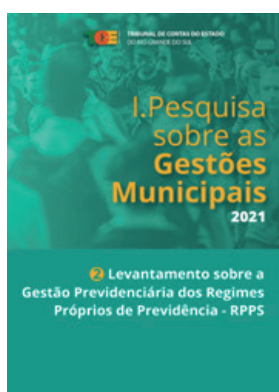
<http://encurtador.com.br/wRT14>

GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

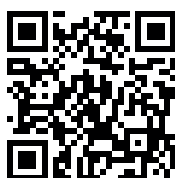
O estudo demonstrou que 331 municípios gaúchos criaram regimes próprios de previdência, o que representa 66,6% da totalidade. Os dados apurados comprovam que a situação atual desses regimes previdenciários necessita de uma melhoria em sua gestão, para que seja possível a garantia dos compromissos assumidos com os servidores.

No levantamento da evolução do resultado atuarial, apurou-se um aumento de 1,94% do déficit atuarial total desses RPPS quando comparado o resultado apresentado no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) de 2020 e 2021. Considerando a data base de 31/12/2020, os RPPS gaúchos apresentam um desequilíbrio atuarial negativo na ordem de R\$ 33.351.988,31, resultado da diferença de um total de Ativos Garantidores de R\$ 23.052.909.028,81 e de um Passivo Atuarial de R\$ 56.404.362.017,12.

Outra constatação foi que 283 regimes próprios apresentaram um Índice de Cobertura Atuarial menor do que 1, significando que os recursos acumulados não são suficientes para cobrir suas Provisões Matemáticas Totais.



Levantamento sobre Gestão Previdenciária



<https://cloud.tce.rs.gov.br/s/4NnxigFXGi5Pg9p>

Notícia:

TCE divulga estudo sobre Regimes Próprios de Previdência dos Municípios gaúchos

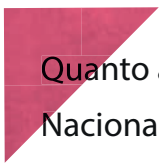


<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/noticia/tce-divulga-estudo-sobre-regimes-proprios-de-previdencia-dos-municipios-gauchos/>

EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS GAÚCHOS

Com base nos dados populacionais estratificados, coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos microdados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), coletados por meio do Censo Escolar e em questionários encaminhados aos executivos municipais, foi elaborado um diagnóstico sobre a situação da educação nos municípios gaúchos.

O objetivo é fornecer subsídio para a tomada de decisão de gestores e contribuir para a definição de ações de controle sobre o tema, de modo que se privilegie atuação efetiva em prol da sociedade rio-grandense.



Quanto às metas 1, 6, 7, 15, 16 e 18 do Plano Nacional de Educação, que são de competência municipal, identificaram-se fragilidades nos sistemas educacionais municipais, como:

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), tanto para os anos iniciais quanto para os anos finais do ensino fundamental;

Nenhum município do Rio Grande do Sul assegurou que todos os professores e professoras dos anos finais do ensino fundamental possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam; e

Somente quatro municípios (0,80%) garantiram a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação.

Com relação ao atendimento de metas de competência compartilhada do PNE, como as metas 2, 4, 10 e 19, observou-se que, no Rio Grande do Sul, em 2020, apenas 2,8% das matrículas de educação de jovens e adultos nos ensinos fundamental e médio eram integradas à educação profissional, o que permite antever dificuldades para o atingimento da meta de 25% até 2024.

Verificou-se, também, que apenas três municípios (0,60%) realizam 100% do provimento dos diretores escolares por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.



Levantamento sobre Educação



<https://cloud.tce.rs.gov.br/s/nMgEmNZMBHT6xLd>

GESTÃO MUNICIPAL DO AMBIENTE

O levantamento sobre o Meio Ambiente foi estruturado a partir das respostas de 481 municípios gaúchos a um questionário que faz parte do processo de contas anuais. A análise foi dividida em dois eixos: gestão ambiental e saneamento básico.

Com relação à gestão ambiental, foram avaliados três aspectos municipais relativos à proteção e controle do Meio Ambiente: política municipal de meio ambiente (PMMA) formalmente constituída; estrutura municipal de controle e fiscalização ambiental; estrutura municipal para o licenciamento de atividades potencialmente poluidoras. O que se observou com mais frequência está destacado a seguir.

Deficiências

- 95% dos Municípios não aplicam os recursos de compensação ambiental em Unidades de Conservação;
- 94% não realizam o monitoramento de indicadores ambientais e avaliação de série histórica;
- 91% não promovem articulação institucional técnica, científica e financeira com os demais entes federados para a concretização dos objetivos da PMMA.

Resultados positivos

- 99% dos Municípios realizam procedimentos de licenciamento ambiental de atividades de impacto local;
- 92% possuem Fundo Municipal de Meio Ambiente formalmente constituído;
- 76% possuem unidade administrativa dedicada exclusivamente ao tratamento de questões ambientais, com foco no controle e fiscalização das atividades e empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental local.

Outro dado relevante apurado é que, dos municípios localizados em zona de Mata Atlântica, 35% não possuem convênio para o licenciamento de manejo ou corte de vegetação nativa de Mata Atlântica.

A pesquisa permitiu concluir que os municípios de grande porte, com mais de 150 mil habitantes, têm maior tendência a cumprir os requisitos analisados. Dos 330 municípios do RS com menos de 10 mil habitantes, somente 27 atendem à maior parte dos quesitos vinculados à Política Municipal de Meio Ambiente.

Quanto à existência de um Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS), 69% dos municípios afirmaram já ter o instrumento normativo publicado e promulgado, 11% informaram não possuir o PMGIRS e os demais estão em alguma etapa intermediária de implantação.

A análise da coleta seletiva mostrou que 190 municípios (38%) possuem o serviço, atendendo a todo o território. Outros 135 municípios (27%) informaram que possuem a coleta seletiva, mas de forma parcial, e em 153 municípios (31%) não há coleta seletiva regularmente implementada.



**MEIO
AMBIENTE**

Com relação ao Plano Municipal de Saneamento Básico, 85% dos municípios informou possuir o instrumento.

Em outros quesitos, no entanto, ainda há grandes desafios a serem enfrentados. Por exemplo, apenas 1% dos municípios declarou que possui rede pública de esgotamento sanitário em toda área urbana, enquanto 21% declararam que parte da área urbana conta com rede e outra parte com sistemas unitários.



Levantamento sobre Meio Ambiente e Saneamento Básico



<https://cloud.tce.rs.gov.br/s/LGTyiKDYFFXLGB4>

Notícia:

Estudo do TCE-RS mapeia gestão ambiental nos municípios



<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/noticia/estudo-do-tce-rs-mapeia-gestao-ambiental-nos-municipios/>

Ouvidoria

recebe mais de **13 mil** manifestações

A Ouvidoria é mais um canal de comunicação do Tribunal de Contas à disposição da cidadania, dos órgãos fiscalizados e dos demais interessados, para comunicação de denúncias, irregularidades, fraudes, críticas, sugestões, informações sobre atos de agentes públicos, ou sobre os serviços por eles prestados, nas esferas estadual e municipal.

A Ouvidoria trata das questões atinentes à jurisdição do TCE-RS, abrangendo, em especial, o correto uso dos bens, valores e recursos públicos, bem como a conformidade legal a ser observada nos procedimentos licitatórios, concursos públicos e demais atividades realizadas no âmbito da gestão pública.

É sua missão primordial, ouvir, recepcionar e encaminhar as demandas, bem como esclarecer dúvidas sobre as atividades da Administração Pública, encaminhando, quando for o caso, para os respectivos Poderes e órgãos os atendimentos relacionados às suas respectivas competências.

Após analisar as demandas que recebe, a Ouvidoria as encaminha às áreas responsáveis, diligenciando para que todas sejam verificadas por meio de processo de auditoria mediante verificação das Unidades de Controle Interno dos órgãos fiscalizados e respondidas ao demandante.



O que esperar da Ouvidoria do Tribunal de Contas:

Escuta atenta, receptiva e imparcial sobre a denúncia ou demanda apresentada;

Confidencialidade e sigilosidade no recebimento, tratamento da denúncia ou demanda, bem como nas orientações eventualmente fornecidas;

Verificação e identificação das alternativas ou possíveis opções para avanço na demanda ou questão apresentada;

Acolhimento de denúncias, em caráter anônimo ou não, para questões atinentes aos atos administrativos cometidos por agentes públicos fiscalizados pelo Tribunal de Contas ou sobre os serviços por ele prestados, tanto da esfera estadual como municipal;

Encaminhamento para apuração – da veracidade – das denúncias ou demandas recebidas, informando posteriormente aos demandantes o resultado da averiguação ou outras providências cabíveis.

Como entrar em contato

<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/>

ouvidoria@tce.rs.gov.br

Disque Ouvidoria (para informações)
0800-541 98 00

Correio Postal - Ouvidoria do Tribunal de Contas
Rua Sete de Setembro nº 388/3º andar
Centro – Porto Alegre – RS – Brasil, CEP 90.010-190

Atividades da Ouvidoria

13.048 manifestações recebidas

12.337 analisadas

2.884 manifestações resultaram em
itens a auditar

Período: 01/01/2020 a 31/10/201

5

Aprimoramento

da **Gestão e**
Governança



O Tribunal de Contas do RS respondeu ao desafio proposto no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 – Paz, Justiça e Instituições Fortes – instituindo a sua Política de Governança Institucional. As metas 16.6 e 16.7 desse ODS são “Ampliar a transparência, a accountability e a efetividade das instituições, em todos os níveis” e “Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis”. Estes são temas centrais quando se fala em governança e gestão.



A governança avalia, dirige e monitora a estratégia; a gestão planeja, executa e controla as ações institucionais.

A informação é a energia que movimenta esta engrenagem. O TCE-RS conta com o Sistema de Gestão e Acompanhamento (SIGA) com painéis de gestão utilizando uma moderna solução de análise e visualização de dados, em contínuo processo de evolução e aprimoramento.

TCE-RS institui **política de governança institucional** e promove ciclo de debates sobre o tema

O Tribunal de Contas estabeleceu sua Política de Governança Institucional, publicada por meio da Resolução 1.143/2021, com o objetivo de fortalecer sua relação com a sociedade. Essa política compreende, basicamente, os mecanismos de liderança, de estratégica e de controle, que, uma vez postos em prática, formam o tripé de referência para melhor avaliar, direcionar e monitorar a ação da gestão.

Notícia:

Política de Governança do TCE-RS é aprovada em sessão administrativa



<http://encurtador.com.br/xCU03>

A Resolução 1.143/2021 também definiu o Sistema de Governança do TCE-RS e criou o Comitê de Governança Institucional, este de caráter consultivo, propositivo e de apoio ao Tribunal Pleno e à Alta Administração do Tribunal de Contas.

A iniciativa de estabelecer uma política de governança foi destacada como ponto forte do sistema de planejamento e gestão do Tribunal de Contas gaúcho na auditoria da ISO 9001, realizada em setembro de 2021.

Para alinhar conceitos e compartilhar da experiência de outros órgãos, o TCE-RS realizou importante ciclo de debates sobre Governança Institucional, em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), nos dias 15, 22 e 29 de abril de 2021. O evento auxiliou nas discussões internas para elaboração da proposta de política de governança institucional e está disponível no canal do TCE-RS no YouTube.



Governança nos Tribunais de Contas: Experiências e Desafios

O primeiro debate teve como foco o tema “Governança e os Tribunais de Contas do século XXI”.



Mecanismos de Governança: Liderança, Estratégia e Controle

O segundo debate aprofundou as questões técnicas sobre os mecanismos de governança: liderança, estratégia e controle.



Governança e Tribunal de Contas do Século XXI

Por fim, tratou-se do compartilhamento das experiências práticas em governança nos Tribunais de Contas.

Plano de Gestão reforça o planejamento e garante a transparência das ações

O Plano de Gestão é um instrumento de planejamento e alinhamento institucional no nível tático. Expressa o compromisso do gestor em garantir a execução do Plano Estratégico e a sua visão inovadora frente às oportunidades de melhorias identificadas. O plano detalha as entregas dos projetos estratégicos e das demais iniciativas estratégicas que serão executadas no período de uma gestão.

O Plano de Gestão 2020-2021 constituiu-se de 33 Iniciativas Estratégicas organizadas e estruturadas em 258 Entregas (produtos), o que facilitou a atribuição das responsabilidades pela execução das entregas e a estimativa dos seus prazos de conclusão, promovendo, assim, um maior controle e transparência das ações.

Destaca-se que a metodologia de Planejamento e Gestão oriunda do Balanced Scorecard (BSC), com desdobramento nos Projetos Estratégicos e acompanhamento por meio dos Planos de Gestão, foi destacada como ponto forte na auditoria externa da ISO 9001 de 2020.

BSC - Balanced Scorecard é considerado um modelo de gestão estratégica que surgiu para desmistificar a visão de que, para obter sucesso, um negócio não deve focar unicamente em indicadores financeiros e contábeis. Ao mesmo tempo, o BSC serve para definir estratégias e desenhar planejamentos de maneira muito mais abrangente.

Gerenciamento, controle e monitoramento de ações

Buscando conhecer boas práticas de governança e gestão, o TCE-RS conheceu o Sistema de Gestão utilizado no TCE-GO. O Sistema de Gestão era apoiado pela ferramenta informatizada baseada no Redmine, um software livre de gerenciamento de projetos. O gerenciamento, controle e monitoramento das iniciativas estratégicas eram realizados nesta plataforma. A visita resultou na celebração do Acordo de Cooperação Técnica nº 007/2020 para trazer a experiência bem-sucedida do TCE-GO para o Tribunal gaúcho.

Assim, nasceu o SIGA – Sistema de Gestão e Acompanhamento, que hoje é um importante instrumento de governança capaz de garantir a transparência e a prestação de contas de diversas ações que o Tribunal realiza.

A partir dos dados do SIGA foram desenvolvidos painéis de gestão utilizando uma moderna solução de análise e visualização de onde é possível saber como estão os andamentos das entregas das iniciativas estratégicas no momento em que as informações são atualizadas pelos responsáveis.

ISO 9001: pontos fortes destacados no biênio



O TCE-RS possui planejamento estratégico desde o ano de 2002, já conquistou premiações relacionadas à gestão de pessoas e mantém ações ligadas à gestão socioambiental. Em 2005, o TCE-RS conquistou a certificação na norma ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade – que vem sendo mantida desde então.

A certificação na norma ISO 9001 coloca o TCE-RS em um grupo seleto de organizações que atendem a uma das mais modernas e difundidas metodologias de gestão baseada em: a) foco no cliente que, no caso do TCE-RS, é a cidadania; b) liderança, c) abordagem de processo; d) melhoria contínua; e) decisões baseadas em evidências e f) gestão de relacionamento.

O atendimento aos requisitos é verificado, anualmente, por meio de auditoria externa independente. Desde 2013, auditorias externas têm apontado muitos pontos positivos, algumas oportunidades de melhoria e poucas não conformidades, o que mostra a evolução da maturidade do tema na Instituição. Neste ano a auditoria externa destacou que o Sistema de Gestão do TCE-RS encontra-se robusto e humanizado.

Conheça os **pontos fortes** apontados pelas auditorias realizadas nos exercícios dos anos 2020 e 2021.

Painéis de gestão

Sistema de medição e **acompanhamento** em painéis QlikSense

Novo modelo processual

Boa rastreabilidade entre o **novo processo do PAF** e o antigo processo do Plano Operativo. Boa rastreabilidade de documentos e processos na Mesa de Trabalho do processo eletrônico

Comprometimento das pessoas

Engajamento dos envolvidos quanto aos **propósitos** e aos valores do TCE-RS

Inovação - concomitância

Inovação e Efetividade com o novo processo em **concomitância**

Gestão estratégica

Metodologia de Gestão oriunda do Balanced Scorecard (BSC) com desdobramento nos Projetos Estratégicos e acompanhamento por meio dos **Planos de Gestão**

Capacitações e comunicação de resultados

Constante capacitação e **disseminação** ao público interno e externo quanto aos **resultados dos processos de Auditoria Concomitante**

Gestão de riscos

Refinamentos dos métodos de gestão de riscos e medições dos processos

Parque tecnológico

Disponibilização de recursos, com aumento do parque tecnológico e ferramentas associadas

Política de governança

Desenvolvimento da **Política de Governança** do TCE-RS em correlação ao Sistema de Gestão

Processos em ambiente

Instituição de **todos os processos (fins e meio)** em ambiente eletrônico

Banco de ideias

Implementação do **banco de ideias** para que **oportunidades de melhorias não realizadas permaneçam** em um arquivo institucional

Relatório da auditoria interna

Nova estrutura que **associa de forma mais clara o sistema de gestão e os processos de trabalho**

Avanços na implementação do **Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**

As ferramentas de processo eletrônico são essenciais para uma boa gestão e, ao longo do período pandêmico, se tornaram indispensáveis. A restrição do manuseio e tramitação de processos físicos acelerou a migração dos processos administrativos para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o que já vinha acontecendo gradativamente, conforme o planejamento convencionado.

A implantação do SEI iniciou-se em 2018 como projeto estratégico, mas avançou substancialmente em 2020 e 2021. Nesse período, foi concluída a inserção de todos os tipos de processo administrativo previstos na gestão documental do Tribunal, assim como foi viabilizado o seu julgamento pelo Tribunal Pleno. Com isso, possibilitou-se a tramitação em meio eletrônico de todas as matérias administrativas internas. Obteve-se maior versatilidade, qualidade, agilidade, integração (comunicação instantânea e participação dos setores e dos Serviços Regionais de Auditoria, da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), e de usuários externos), economia, segurança e, por fim, transparência e proteção de dados (possibilidade de pesquisa e consulta de todos os processos, como proteção de informações pessoais e sensíveis).

Nos anos de 2020 e 2021, foram gerados no SEI mais de 5,5 mil processos, com a tramitação de quase 95 mil documentos. Interagem nesses processos, atualmente, mais de 450 usuários externos, os quais já enviaram no período mais de 500 protocolos. Em suma, o SEI é parte importante da mudança da cultura interna na área administrativa do TCE-RS, consolidando-se como uma ferramenta indispensável para a efetividade e a eficiência plenas em período de restrições sanitárias e evolução tecnológica.



Mais de 450 usuários externos atualmente

Em 2020 e 2021:

5,5 mil processos gerados

95 mil documentos tramitados

Investimentos na área de Informática são estratégicos

A Supervisão de Informática (SINF), que em 2020 passou a ser subordinada diretamente à Presidência, iniciou a gestão revisando sua metodologia e procedimentos para atendimento das demandas institucionais, principalmente as voltadas para a área fim, com o objetivo de dar mais agilidade e desburocratizar os processos.

Com a pandemia, a SINF teve que tomar ações rápidas e que não estavam em seu planejamento, a fim de possibilitar que as atividades do TCE-RS fossem minimamente impactadas pela necessidade do distanciamento social. Dentre estas ações destacam-se a ampliação de links de comunicação, a instalação de novos servidores para o acesso remoto, a contratação emergencial de serviço de videoconferência visando possibilitar a realização de sessões plenárias e reuniões, adaptação de vários sistemas para oferecerem uma melhor experiência no uso através do acesso remoto e todo o suporte necessário a magistrados e servidores para se adaptarem à nova forma de trabalho imposta pelas novas circunstâncias.



Paralelo a isso, a SINF continuou conduzindo os projetos já previstos como a implantação de infraestrutura de bigdata baseada em tecnologia hadoop, atualização da infraestrutura para a construção e visualização de painéis de dados, implantação de nova solução de segurança perimetral, modernização do parque de notebooks e minideSKTOPs, condução das atividades de desenvolvimento de sistemas em todos os projetos e ações estratégicas priorizados pela gestão e implantação de nova infraestrutura de bancos de dados para ampliar a capacidade de armazenamento e processamento de informações, assim como aquisição de novos servidores e memórias a fim de suportar a crescente demanda de processamento.

MELHORIAS RELACIONADAS ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

No e-relatório – ferramenta de elaboração de relatórios de auditoria –, além da implementação de várias melhorias, foi desenvolvida solução para a estruturação do parecer prévio, adequando o sistema à nova metodologia de trabalho da Direção de Controle e Fiscalização.

No Processo Eletrônico foram implantadas as seguintes melhorias:

Migração de DOC (Sistema Cooperativo) para e-DOC (Mesa de Trabalho)

Nova RDI - Requisições de Documentos e/ou Informações – contendo mais facilidades para receber documentação dos jurisdicionados

Expansão do e-Comunicação – maior abrangência nas comunicações eletrônicas com os jurisdicionados

Prorrogação de Prazo de Protocolo – melhor administração das requisições aos jurisdicionados

Adaptação à nova forma de trabalho da DCF (tipos processuais, vínculos com auditoria, fluxos)

VISDOC (novo visualizador de processos) para usuários externos

Conversão de Processos Físicos para Eletrônicos

Assinatura CPF e senha (implantação prevista para dezembro), sem a necessidade de uso de certificado digital



Implementado suporte para a reforma da previdência (EC 103) e aposentadoria proporcional e proporcional por invalidez de professores no SAPIEM – Sistema de inativações e pensões da esfera municipal -, e realizado o registro de concursos e admissões implantados no SIAPESweb (Sistema informatizado de auditoria de pessoal no ambiente Web), com desativação do SIAPES desktop.

Implantado o banco de preços e a nova lei de licitações no Licitacon – Sistema de Licitações e Contratos.

Desenvolvimento de solução para o Plenário Virtual.

Desenvolvimento de robôs que auxiliam as atividades de auditoria: LAIS, LIDIA, ICARO, RAQUEL e RIANNA, trabalho em conjunto com outros setores do TCE.

OUTRAS AÇÕES REALIZADAS

- Implantação do Novo Portal do TCE e da nova INTRANET
- Nova consulta processual desenvolvida em Elastic Search permitindo pesquisas mais precisas
- Desenvolvimento de nova solução para distribuição de processos com novas facilidades de uso e configuração
- Migração do banco de dados para nova solução Oracle ExaCC com nuvem privada aplicando conceitos modernos, mais seguro e eficientes no acesso aos dados do TCE-RS
- Atualização da plataforma Qlik e desenvolvimento de novos painéis que permitem melhores análises e administração
- Desenvolvimento do Meu TCE, melhorias no TCElogin e integração ao GOV.br – este é um novo portal do fiscalizado que facilitará a navegação entre os sistemas, e um acesso mais fácil e seguro aos jurisdicionados
- Migração de forms e reports para nova versão – esta atualização tecnológica da plataforma foi exigida em função da atualização do banco de dados
- Desenvolvimento e implantação da Central de Serviços, que substituiu o Workflow atual, e também irá incorporar a Abertura de Chamados, unindo todas as solicitações de serviços e chamados internos e externos do TCE numa só ferramenta mais moderna e com melhores facilidades para administrar suas demandas.

6

Gestão de Pessoas

alinhada a

boas práticas
de governança



Gestão de pessoas alinhada a boas práticas de governança

A Supervisão de Gestão de Pessoas (SGP) do TCE-RS atua orientada pela Política de Gestão de Pessoas, instituída pela Resolução nº 902/2010, primando suas práticas pela transparência, eficiência, eficácia e melhoria contínua.

As principais estratégias para o alcance da excelência em gestão de pessoas são a valorização das pessoas, o estímulo à inovação e ao trabalho em equipe e à aprendizagem organizacional, assim como a promoção do bem-estar físico, psíquico e social dos servidores, com foco em um ambiente de respeito, cordialidade e confiança para a construção de um clima organizacional favorável ao desempenho profissional.

As unidades integrantes de sua estrutura desempenham desde atividades rotineiras, inadiáveis e imprescindíveis à gestão de pessoas no âmbito do TCE-RS, até a criação e desenvolvimento de projetos estruturantes, seja para a otimização de processos ou para o fortalecimento de ferramentas de gestão de pessoas.

Programa Integra RH é adaptado durante a pandemia para receber novos servidores

Vencedor do Prêmio Top Ser Humano ABRH-RS em 2016, o Programa IntegraRH, normatizado pela Resolução nº 1057/2016, busca acolher, integrar, treinar, desenvolver e acompanhar o servidor de maneira mais próxima, por, no mínimo, seis meses, desde o seu ingresso no TCE-RS.

Durante o período 2020-2021 ocorreram nomeações para preenchimento de 60 vagas de Auditores Públicos Externos do Concurso Público nº 01/2018, consumando um aumento de aproximadamente 9,3% da força de trabalho do Corpo Técnico, assim como nomeações de Cargos em Comissão.



O IntegraRH envolve diversos atores, e cada um deles possui atribuições distintas e coordenadas para legítima integração do servidor ingressante. Os procedimentos presenciais e as documentações físicas, necessários para ingresso de servidores, foram reformulados e adaptados à realidade do trabalho remoto e ao protocolo sanitário de prevenção da Covid-19, mantendo o acolhimento às pessoas e a segurança dos dados



Recebimento de documentos para ingresso

1.200 documentos verificados e validados, para trâmite de **100 servidores**, entre efetivos, adidos, e cargos em comissão, incluindo os desistentes.

Perícia de ingresso

292 atendimentos para verificar a aptidão física e mental dos candidatos nomeados. Processo feito presencialmente, cada candidato passa pela avaliação de pelo menos três peritos para a conclusão do laudo pericial final.

Entrevista e Análise do Perfil Comportamental

67 entrevistas de ingresso e emissão de **64 relatórios** por meio da ferramenta PDA (Personal Development Analysis). Além de conhecer as competências técnicas e comportamentais, motivações, interesses e expectativas dos ingressantes com o intuito de auxiliar na adequada definição do local de lotação, também possibilita o fornecimento de informações sobre a cultura e o funcionamento da Instituição.



Acompanhamento

Agendamento de **87 acompanhamentos** até o final de novembro, onde se verifica o processo de adaptação do servidor concursado ao seu local de trabalho, bem como a satisfação com o IntegraRH, por meio de entrevista com o ingressante e, também, com seu respectivo gestor.

Programa de Mentoria

inserido no IntegraRH, consiste na designação de um colega mais experiente, com amplo domínio das tarefas da unidade e que demonstre disponibilidade para transmitir seus conhecimentos, para desempenhar o papel de mentor, guiando, apoiando e acompanhando o ingressante. Foram capacitados, de forma online, **55 servidores** para assumirem a posição de mentores.



Curso de Formação de Ingressantes

2 Turmas, a primeira com **24 auditores ingressantes** e carga-horária de **301 horas**, e a segunda com **29 participantes** e **196 horas** de curso, mas com disponibilização de todo conteúdo da Turma **1** para acompanharem pelo menos ao longo do primeiro ano, tudo em formato EAD. Além de aspectos técnicos de formação em controle externo e auditoria, incluiu vida funcional do servidor, sustentabilidade, práticas de ginástica laboral, respiração consciente e atenção plena.



Liderança à distância:

novo módulo do Programa de Desenvolvimento de Lideranças



O Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL) desenvolve competências técnicas e comportamentais de liderança, fortalecendo o papel do gestor para que atue de forma mais eficaz, mobilize as pessoas e alavanque resultados para a instituição.

Em 2020, foi desenvolvido e disponibilizado a todos os gestores o "Módulo Complementar: Liderança à distância em tempos de pandemia", tendo como foco atender às necessidades levantadas no contexto do trabalho remoto compulsório, a partir de pesquisa realizada junto aos gestores. Já em 2021, realizaram-se duas turmas do PDL, obtendo-se a participação de 23 lideranças no formato telepresencial.

O Índice de Gestores Capacitados para a Gestão aferido no período foi de 90,29%. A meta prevista é de 90%.



Cuidado com a saúde das pessoas engloba estudos técnicos e programas que promovem saúde integral e bem-estar

A finalidade principal da área de perícias médicas do TCE-RS é efetuar exames periciais e, ainda, desenvolver ações e atividades voltadas à promoção e prevenção da saúde e à busca de melhor qualidade de vida e bem-estar. Atua, também, elaborando conteúdos informativos para a educação em saúde e no atendimento clínico, nas diversas áreas profissionais que dispõe, objetivando o cuidado com a saúde ocupacional, física, mental e o bem-estar social de seus beneficiários, viabilizando ações para o atendimento aos servidores lotados nos serviços regionais.

A chegada da pandemia impôs a ampliação dos estudos técnicos, especialmente na área de biossegurança voltada à prevenção de infecção pela Covid-19, o que embasou a elaboração e constante revisão do protocolo de atendimento, capaz de oferecer alto nível de segurança para a prática pericial e clínica ao público assistido.

Diante da recomendação de isolamento social, foi imprescindível a reorganização da prestação dos serviços das áreas e equipes técnicas, de forma a manter os atendimentos num momento em que a orientação dos profissionais da saúde se tornou ainda mais importante e necessária. Implantou-se, então, a modalidade de teleatendimento, uma inovação de grande importância na área da saúde, devidamente autorizada pelos Conselhos Profissionais, que vem se consolidando ao longo de todo o período de pandemia e que se destacou em relação aos atendimentos presenciais.



A Gestão de Pessoas trabalha em rede com os demais Tribunais de Contas

Ao longo do biênio 2020-2021, a Supervisão de Gestão de Pessoas do TCE-RS demonstrou total aderência às boas práticas desenvolvidas no âmbito nacional dos Tribunais de Contas, por meio da participação ativa no “Grupo Nacional de Gestão de Pessoas”, no “Comitê Nacional de Gestão de Pessoas” e no “Grupo de Diretrizes de Teletrabalho”.

Várias ações foram realizadas pela Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas brasileiros em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB).

Congressos Nacionais

Foram realizados dois Congressos Nacionais telepresenciais permitindo, durante a pandemia, a continuidade da interação e da capacitação das equipes de gestão de pessoas dos Tribunais de Contas de todo o Brasil. Os eventos foram disponibilizados de forma gratuita para órgãos públicos federais, estaduais e municipais de todo o Brasil, permitindo a troca de experiências na área de gestão de pessoas.

X Encontro Técnico de Gestão de Pessoas e I Encontro Virtual de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil, sediado pelo TCE-RS de Alagoas, em 2020, tendo por temática geral: “Os Reflexos da Pandemia na Área de Gestão de Pessoas das Instituições Públicas”. Na ocasião, a equipe do TCE-RS apoiou o evento e colaborou ativamente na organização, bem como na apresentação e mediação de painéis. Veja o relatório de atividades deste evento, na íntegra: Relatório do X Encontro Técnico de Gestão de Pessoas e I Encontro Virtual de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil.

XI Encontro Técnico e II Encontro Virtual de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil, sediados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), tiveram como tema central a “Gestão de Pessoas: relações próximas em um mundo de conexões remotas”. Após o sucesso do evento em 2020, o Comitê Nacional de Gestão de Pessoas, juntamente com o IRB, entendeu por manter em 2021 a mesma dinâmica de evento no formato online. Principais destaques do Congresso de Gestão de Pessoas em 2021: Destaques do XI Encontro Técnico e II Encontro Virtual de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas.

Trajetórias Profissionais

Durante o biênio 2020-2021 a Supervisão de Gestão de Pessoas atuou ativamente na construção das “Trajetórias Profissionais” com os demais Tribunais de Contas.

Tais documentos, que são importantes orientações para a gestão de pessoas, estão em fase final de aprovação pelas instâncias competentes. Importantes informações sobre as Trajetórias Profissionais desenvolvidas pelos Tribunais de Contas brasileiros podem ser obtidas no site do Instituto Rui Barbosa, em Notícias - Trajetórias Profissionais e Relatório Trajetórias Profissionais.

Diretrizes nacionais para o teletrabalho nos Tribunais de Contas

A Gestão de Pessoas do TCE-RS também colaborou para a construção das “Diretrizes Nacionais para o Teletrabalho”, junto aos demais Tribunais de Contas, relativamente à implantação gradual da modalidade de teletrabalho.

Foi realizada uma pesquisa de percepção entre todos os Tribunais de Contas do Brasil, atingindo mais de 7.000 respondentes, no mês de março de 2021. A partir dos resultados obtidos, um Grupo de Trabalho de servidores de diversos Tribunais de Contas passou a elaborar as Diretrizes Nacionais de Teletrabalho, cuja minuta já foi concluída e apresentada no “XI Encontro Técnico e II Encontro Virtual de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil”.

Abrindo nossas fronteiras e compartilhando experiências

Muitos programas de gestão de pessoas do TCE-RS já foram agraciados com a premiação Top Ser Humano da ABRH-RS e serviram de inspiração e modelo para outros órgãos públicos.

Em 2020/2021 houve procura da Gestão de Pessoas para realizar ações de benchmarking com as mais variadas esferas e órgãos. Tais como Prefeitura Municipal de Porto Alegre - PMPA, Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, Secretaria de Planejamento do Estado do RS - SEPLAG e Tribunal de Contas do Estado da Bahia - TCE-BA, para conhecerem as ações de gestão de pessoas realizadas durante a pandemia junto aos servidores, o Programa de Mentoria, o IntegraRH - Programa de Preparação ao Ingressante, o Perfil do Servidor - ferramenta que agrega as competências técnicas do servidor, interesses, capacitações e a vida funcional do servidor, a Pesquisa de Clima Organizacional, Movimentação Funcional e Gestão por Competências. Esses momentos são muito valiosos para trocas de experiências e conhecimentos.

Houve também o recebimento de convites de profissionais da equipe de Gestão de Pessoas para participação em eventos externos, uma forma de reconhecimento da expertise das ações desenvolvidas.



Servidor do TCE-RS já trabalha com seu cão-guia

O servidor da área de Informática, Samir Merode, que possui uma doença degenerativa que lhe foi subtraindo a visão, já tem cumprido seu expediente presencial na companhia de Ipê, seu cão-guia. A luta de Samir para ter esse apoio tão importante vem desde 2014, quando de sua inscrição no Cadastro Nacional de Candidatos à Utilização de Cães-guia, programa do Governo Federal que serve como ferramenta para a seleção de pessoas com deficiência visual para o recebimento de cães-guia.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem seis milhões de pessoas com deficiência visual no Brasil e somente cerca de 200 cães-guia em atividade. A espera, por isso, é longa. Somente na fila do Instituto Nacional de Responsabilidade e Inclusão Social (IRIS) há mais de três mil pessoas aguardando.

A chegada de Ipê ao TCE-RS foi acompanhada pelo supervisor da SINP e pelos colegas, tendo originado ampla reportagem divulgada pela RBS TV. Como se sabe, a deficiência não se reduz aos impedimentos físicos, mentais ou sensoriais das pessoas, mas diz respeito, também, aos obstáculos construídos por sociedades não inclusivas. O TCE-RS tem, com base nesse entendimento, tratado a acessibilidade como um direito, o que já se traduz em adaptações em seus prédios entre outras providências.

Ações de educação e divulgação de conteúdos produzidos

Como forma de disseminar o conhecimento técnico e fazer chegar a todos os servidores do TCE-RS informações importantes sobre o cuidado com a saúde física, mental e o bem-estar social, foram produzidos e publicados na Intranet e no Portal do TCE-RS 48 artigos e 8 webconferências, assim como entrevistas na Rádio TCE-RS com ênfase em informações afetas à pandemia e adesão a campanhas mundiais como o Outubro Rosa e o Novembro Azul.

Webconferências



Comunicação não-violenta: em busca de mais conexão

O evento apresentou a metodologia desenvolvida para aprimorar os relacionamentos interpessoais e facilitar o diálogo por meio de observação e empatia. A técnica é baseada em competências de linguagem e comunicação que auxiliam na reformulação de como cada um se expressa e escuta.



Os Impactos da Pandemia na Saúde Mental

O evento promoveu debate sobre os impactos da pandemia, notadamente do distanciamento social, na saúde mental da população e dos servidores.



Webconferência Construindo o Retorno Possível

O evento discutiu com especialistas da área da Saúde as características da possível volta à cotidianidade e das atividades pós-ápice da pandemia de Covid-19.

E-book sobre respiração



A série Pegando Fôlego e Adquirindo Equilíbrio Integral, oferecida em sete episódios, é uma iniciativa da Supervisão de Gestão de Pessoas. Sua temática é a respiração consciente e seu principal objetivo é incentivar as pessoas a iniciar, manter e reforçar essa prática em que o único recurso necessário é a disposição para começar a pegar fôlego. Acesse o e-book e confira os exercícios em áudio e vídeo guiados.

7

Gestão do Conhecimento e capacitações

tornam-se ainda
mais importantes
em **momento de
pandemia**

Gestão do conhecimento e capacitações

A Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena (ESGC), órgão de educação corporativa do TCE-RS, tem como finalidade a capacitação de agentes públicos integrantes do corpo técnico do Tribunal e dos órgãos fiscalizados nas esferas Estadual e Municipal e de outros segmentos da sociedade.

A ESGC precisou rever metas, métodos de trabalho e atividades para os anos de 2020 e 2021, em função da pandemia, e suas ações de educação passaram a ser no formato a distância. Na área de capacitação dos servidores e oferta de atividades de formação ao público, o biênio foi marcado por uma intensa agenda de eventos realizada pela Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena (ESGC), o que oportunizou o debate de temas relevantes em sintonia com os grandes desafios nacionais. De março de 2020 até dezembro de 2021, a ESGC organizou 124 eventos virtuais sendo quatro eventos internacionais sobre temas variados: antirracismo, geração de renda, reforma tributária, políticas públicas para mulheres, saúde mental, políticas públicas na área de educação e saúde, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), controle social, entre outros. Ao todo, foram 546 palestrantes convidados em atividades de formação que tiveram 202 mil visualizações no canal oficial do TCE no YouTube (<https://www.youtube.com/tcegaucho>).

Webconferências e eventos online ampliam acesso às capacitações e debates

A Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena (ESGC), órgão de educação corporativa do TCE-RS, tem como finalidade a capacitação de agentes públicos integrantes do corpo técnico do Tribunal e dos órgãos fiscalizados nas esferas Estadual e Municipal e de outros segmentos da sociedade.

Por conta da pandemia, os eventos promovidos pela Escola do TCE-RS passaram a ser transmitidos pelo canal oficial do Tribunal no YouTube (<https://www.youtube.com/tcegaucho>), o que ampliou significativamente a participação nos cursos, debates e seminários. Em pouco mais de um ano e meio, já são mais de 8,3 mil inscritos no canal e um total de 191 mil visualizações dos vídeos de eventos de caráter educacional.

No período que iniciou em março de 2020, a ESGC organizou 124 eventos virtuais sobre temas variados: antirracismo, geração de renda, reforma tributária, políticas públicas para mulheres, saúde mental, políticas públicas na área de educação e saúde, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), controle social, entre outros.

124 Lives, sendo **4 eventos internacionais**
546 participantes
202 mil visualizações

Catálogo das Webconferências disponibilizadas no canal do Youtube em 2020-2021

<https://cloud.tce.rs.gov.br/s/5CNskNi4CqzTmRX>



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - RS
ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO E CONTROLE FRANCISCO JURUENA

CATÁLOGO DE WEBCONFERÊNCIAS

RETROSPECTIVA 2020-2021



As webconferências são organizadas pela Escola do TCE e transmitidas pelo canal do TCE-RS no YouTube. A mudança na forma de capacitação, devido à pandemia do Covid-19, e o maior alcance dos eventos, graças ao lançamento do canal do TCE no YouTube, permitiram divulgar as webconferências e eventos online realizados em 2020 e 2021 de uma forma exponencial. Dessa forma, o TCE contribui para formação de cidadãos além das fronteiras do estado gaúcho. Conheça neste catálogo os vídeos publicados até o momento.

8,5 mil inscritos no canal TCE-RS no  **YouTube**
202 mil visualizações desde o lançamento do canal, em Abril de 2020

Os eventos estão disponíveis no YouTube e podem ser encontrados também no ambiente virtual de aprendizagem [EADTCE/RS](#), onde existem diversos cursos e capacitações gratuitas. Através do ambiente EAD é possível se inscrever e obter certificados de participação dos eventos online.

Eventos internacionais do TCE-RS promovem debates com países do Mercosul e da Europa

O TCE-RS realizou, através de sua Escola de Gestão e Controle, quatro grandes eventos internacionais no biênio 2020 e 2021:



O Seminário Luso-Brasileiro do Direito da Emergência ocorreu em 10 de dezembro de 2020 e teve como objetivo central debater a situação de crise sanitária ocasionada pela pandemia sob o olhar do direito de emergência no Brasil e em Portugal, com abrangência em vários ramos da ciência jurídica: ambiental, administrativo, constitucional, financeiro, dentre outros.



Nos dias 03, 04 e 05 de maio de 2021, tivemos a VI Cátedra Guillermo O'Donnell Brasil/México: Triunfos, derrotas e crise da democracia: balanço de uma década. O encontro propiciou um balanço dos regimes democráticos e suas instituições na última década, debatendo a importância do controle dos gastos públicos para atestar a qualidade da democracia e promover o exercício da cidadania. Participaram do evento representantes dos seguintes países: Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, México e Uruguai.



O I Fórum Internacional de Auditoria do Setor Público - Fiscalização das Ações de Combate à Covid-19

aconteceu nos dias 24 e 25 de junho de 2021 e objetivou dar visibilidade aos esforços empreendidos pelos órgãos de controle de diversos países na fiscalização dos recursos públicos no enfrentamento da pandemia pela Covid-19. Teve a participação de organizações internacionais – AFROSAI, OLACEFS, EURORAI e EUROSAI; de representantes de Tribunais de Contas do Mercosul – Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil; e da Europa – Portugal e Espanha.



Em 3 e 4 de dezembro deste ano, o TCE-RS promoveu o “Seminário Internacional Mudanças Climáticas sob a perspectiva dos ODS da Agenda 2030 da ONU”.

A atividade contou com a participação especial da liderança indígena do povo Paiter Suruí, Txai Suruí. Fundadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia e integrante da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, que atua há mais de 20 anos com diversos povos de toda a Amazônia, Txai Suruí chamou a atenção da comunidade internacional como única brasileira a discursar na abertura da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26).

Novos Cursos EAD oferecem capacitação para público interno e externo

A produção de novos cursos em EAD para o público interno e externo do TCE-RS também teve destaque, com o lançamento do Curso para Conselheiros Tutelares, em 2020, com 412 participantes, o Curso Básico de Atuária Aplicada ao RPPS e o Curso sobre o Sistema SAPIEM, com 981 e 240 participantes, respectivamente, lançados em 2021.

Ocorreu, ainda, a abertura de novas turmas e edições dos cursos em EAD:

- **Controle Interno Municipal** - Estudos e Casos Práticos - 3ª edição
- **Capacitação de Controles Internos** sobre a Lei Anticorrupção
- **Ouvidorias Públicas** na Lei nº 13.460/2017
- **Capacitação de Conselheiros** Municipais de Educação - 2ª Edição
- **Fiscalização da Aplicação** do Art. 26-A da LDBEN na Educação - 2ª edição
- **Microsoft** Excel Básico
- **Curso** de Português e Redação Administrativa – 2ª Edição



Merece destaque o Curso de Elaboração do Relatório de Contas, capacitação voltada para o público interno, especialmente para os auditores que atuam na área técnica do TCE-RS. O curso em EAD tem carga horária de 70 horas, com atividades assíncronas e utilização de fórum para elucidar dúvidas com os instrutores, todos servidores que atuam na área técnica. A edição de 2021 ocorreu de 26 de abril a 07 de maio.

Público interno

44 capacitações

3.379 participações

Público externo

77 capacitações

22.369 pessoas alcançadas

Sustentabilidade e

Agenda 2030 da ONU:

alinhamento das
ações do Tribunal



Sustentabilidade e Agenda 2030 da ONU

A sustentabilidade perpassa as atividades desenvolvidas pelo TCE-RS a partir de dezembro de 2003, por meio da Resolução n. 648/2003, norma que introduziu a análise da defesa e preservação do meio ambiente nos procedimentos de auditoria em todos os órgãos e entes sob a jurisdição do Tribunal.

Ao longo do tempo, foram realizadas diversas ações envolvendo a temática ambiental, como os trabalhos de fiscalização pedagógicos desenvolvidos para oferecer subsídios aos gestores públicos, como a "Pesquisa Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos".



<https://odsbrasil.gov.br/>

ODS

Comissão de Sustentabilidade do TCE-RS



Em 2020, foi criada a Comissão de Sustentabilidade para atender ao propósito de definir as diretrizes de atuação do TCE-RS na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) que integram a Agenda 2030 estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com prioridade às dimensões ambiental e ecológica, em conexão com as dimensões social, econômica, fiscal e, mais recentemente, com a dimensão tecnológica ou digital.

Inicialmente, a Comissão teve seu foco na proposição de resolução que oriente a fiscalização das principais leis ambientais pelo Tribunal de Contas (por exemplo, atualização das Resoluções 1009/2014 e 648/2003); na promoção de eventos sobre sustentabilidade e na busca de ações de implementação dos ODS no âmbito interno e externo, junto a outras instituições e aos gestores públicos. A Comissão também atuou no monitoramento da nova Lei de Licitações no que tange aos seus aspectos de sustentabilidade.

TCE-RS adere à Rede Nacional do Legislativo

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS), representado pela conselheira-substituta e presidente da Comissão Permanente de Sustentabilidade da Instituição, Daniela Zago Gonçalves da Cunda, aderiu à Rede Nacional de Sustentabilidade do Legislativo (RLS) em cerimônia virtual organizado pelo Tribunal de Contas da União que reuniu a presidente do TCU, Ministra Ana Arraes, e dirigentes e representantes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ). A Rede tem o objetivo de promover boas práticas de sustentabilidade no Brasil a partir da disponibilização gratuita de cursos, eventos e ações educacionais.

Boletim de rádio do TCE-RS:

<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/radio-tce?id=71195>



Números encaminhados pela comissão:

1) Participação dos membros da Comissão em 6 cursos, sendo o mais importante o curso realizado pela ONU/PNUD: Integrando a Agenda 2030 e os ODS. Cinco membros da comissão participaram desta edição e a Elenis já tinha feito antes.

2) 2 Entrevistas em rádio dadas pela Dra. Daniela:
Entrevista Rádio Ijuí sobre a criação da comissão de sustentabilidade
Entrevista rádio FM Cultura sobre os 10 anos da política Nacional de Resíduos Sólidos

3) 28 eventos on-line com participação dos membros da comissão.

4) 24 reuniões dos membros da Comissão, divididas entre reuniões plenárias (com todos os membros); reuniões da subcomissões (grupos temáticos); e reuniões com outras áreas/ TCs (obs. Estas são as reuniões que temos as atas estão registradas nos arquivos do X: pasta da Sustentabilidade)

5) Também tivemos espaço para fala em sessões do tribuna Pleno (pelo menos 2) e Reuniões Administrativas (pelo menos 1 em que foi apresentada a pesquisa de diagnóstico).

Dada a magnitude do que propõe a Agenda da ONU para 2030, a adesão do Brasil aos 17 ODS, seus desdobramentos em 169 metas e inúmeros indicadores (alguns ainda em construção), a atuação da Comissão foi reformulada para agir de maneira complementar e ampliando ações, com amparo nos conhecimentos obtidos nas ações pedagógicas, troca de informações com outras instituições (parceria firmada com a Rede Legislativo Sustentável, também com a participação do TCU e vários outros Tribunais de Contas, reuniões com equipe do IRB, TCE-RS/SP, TCE-RS/PR, TCU, dentre outras instituições).



**SUSTEN
TABILIDADE**

Pesquisa mapeia iniciativas voltadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em instituições públicas

A pesquisa de diagnóstico acerca da Agenda 2030 foi uma das ações propostas pela Comissão de Sustentabilidade e teve como objetivo verificar a aderência dos Tribunais de Contas, Ministérios Públicos de Contas e outras instituições acerca dos objetivos sustentáveis ou áreas temáticas correlatas ao tema, bem como verificar os principais instrumentos utilizados para a implementação dos temas/ODS. Além disso, o levantamento permitiu identificar espaços para fortalecimento de parcerias para implementação dos objetivos, medida que vai ao encontro do disposto no ODS 17 e, por consequência, dos demais.



<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/temas-especiais/resultado-pesquisa-adesao-agenda-2030/>



Especialistas debatem papel dos tribunais de contas na fiscalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do meio ambiente

O TCE-RS realizou, em maio de 2021, em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB), com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e com a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), a webconferência “Atuação dos Tribunais de Contas na implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e na tutela do Meio Ambiente”.

A atividade contou com a participação, como debatedores, da assessora de Desenvolvimento Territorial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Iva Lazareviciute; da coordenadora do Observatório do Futuro do TCE-SP, Manuela Prado Leitão; da técnica de Controle do TCE-PR, Adriana Lima Domingos; e do auditor do TCE-PR, Nelson Granato. A mediação ficou a cargo da conselheira substituta do TCE-RS Letícia Ayres Ramos e contou com a presença da presidente da Comissão de Sustentabilidade do TCE-RS e diretora de Controle Externo da Audicon, conselheira substituta Daniela Zago, além do presidente do TCE-RS, conselheiro Estilac Xavier.



<https://www.youtube.com/watch?v=1wETKroS2xs>



Especialistas debatem papel dos tribunais de contas na fiscalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e do meio ambiente



<http://encurtador.com.br/afhnN>

Energia solar no prédio do Tribunal é uma das iniciativas do ECOTCE-RS

Começou a operar, em maio de 2021, o Sistema de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica do TCE-RS. O sistema, conectado à rede da CEEE, é composto por 228 painéis fotovoltaicos de 440w, que ocupam uma área de 507,3 m² na cobertura do prédio sede, que deverão gerar, anualmente, 134 mil kw de potência, suprimindo cerca de 25% da carga elétrica utilizada no prédio sede do Órgão de controle e reduzindo substancialmente a despesa com energia. A vida útil estimada do sistema é de 25 anos.

TCE-RS intensificará medidas em atenção às mudanças climáticas



<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/noticia/tce-rs-intensificara-medidas-em-atencao-as-mudancas-climaticas/>

TCE-RS apoia Ecofeira Lixo Zero Porto Alegre



<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/noticia/tce-rs-apoia-ecofeira-lixo-zero-porto-alegre/>

Ações e alguns dos conteúdos produzidos



Em dezembro de 2021, o TCE-RS promoveu Seminário Internacional a respeito das mudanças climáticas, com a participação de especialistas de vários países e presença, como convidada especial, da jovem liderança indígena Txai Suruí, de Rondônia, única brasileira a discursar na abertura da Conferência da Cúpula do Clima (COP26) em Glasgow.



“Esse evento se dá num momento importante para o mundo, para o nosso Tribunal e para todas as instituições. No Brasil, o tema ambiental tem sido negligenciado. Do ano passado para cá, o desmatamento da Amazônia foi 41% maior do que em anos anteriores. Por isso, esse evento é ainda mais significativo. O TCE-RS quer se associar a todos os órgãos que querem tratar da questão ambiental e consolidar uma política de Estado” - Estilac Xavier, Presidente do TCE-RS



<https://youtu.be/9u3114PtY6E>



Realizado com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), do Colégio Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), do Centro de Estudos de Direito Municipal (Cedim) da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre, da Associação dos Juízes Federais do Rio Grande do Sul (Ajufergs), e da Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul (Esmafers).



https://youtu.be/d_9HbGM1Fsg

Curso EAD



“Auditoria, Políticas Públicas e Agenda 2030”

Livro sobre ODS

Conselheiras substitutas e auditoras do TCE-RS lançam livro sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

<https://portalnovo.tce.rs.gov.br/noticia/conselheiras-substitutas-e-auditoras-do-tce-rs-lancam-livro-sobre-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>



Live de pré-lançamento do livro "Políticas Públicas e os ODS da Agenda 2030"

<https://www.youtube.com/watch?v=cgUkCOiehhs>



9

Cidadania

como forma de
**fortalecimento
da democracia**



Cidadania como forma de fortalecimento da democracia

O TCE-RS, por meio de seu presidente e conselheiros, posicionou-se em defesa da democracia, da Constituição Federal e das instituições democráticas em diversos momentos nesta gestão.

Em abril de 2020, após atos contra o STF, o Congresso, a imprensa, as universidades e, portanto, a democracia, o TCE-RS emitiu nota oficial, reafirmando seu compromisso com a ordem constitucional e o regime democrático. Princípio claramente expresso na Carta de Foz do Iguaçu, 2019, na qual os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios reafirmam “a intransigente defesa do Estado Democrático de Direito, o inafastável respeito à Constituição, às leis e às instituições, o respeito ao livre exercício das funções dos agentes do Estado e à liberdade de imprensa”, afirmou o presidente, no documento.

Em maio de 2021, o presidente do TCE-RS informou, em sessão, sobre o envio de ofício ao Congresso Nacional, manifestando a preocupação do TCE-RS quanto ao Veto nº 13/2021, e solicitando a sua manutenção. Trata-se de veto aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 559 de 2013 (nº 6.814/2017, na Câmara dos Deputados, e devolvido ao Senado como PL nº 4.253/2020), que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



<http://encurtador.com.br/dvCS1>

Em agosto de 2021, também durante Sessão Plenária, o presidente expressou preocupação diante do pedido de impedimento apresentado ao Senado Federal pelo presidente da República, contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o que o levou a fazer contato com os presidentes do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Joaquim Alves de Castro Neto; da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Fábio Túlio Filgueiras Nogueira; e do Instituto Rui Barbosa, Ivan Bonilha, sugerindo que as entidades por eles presididas se manifestem em defesa dos princípios fundamentais da Constituição Federal.



<http://encurtador.com.br/lxzC5>

Já em março de 2021, o Tribunal de Contas emitiu nota de solidariedade ao Poder Judiciário, em especial ao Dr. Eugênio Couto Terra, juiz de direito da 10ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central de Porto Alegre, que foi vítima de ofensas e ameaças em razão de sua decisão que suspendeu, provisoriamente, o sistema de cogestão do distanciamento controlado, atendendo à ação civil pública impetrada por várias organizações de trabalhadores. “Ao manifestar nossa solidariedade, repudiamos as agressões em curso, caudatárias de um intolerável discurso de ódio que infesta o país e que tem como objetivo submeter a todos, rasgando definitivamente a Constituição da República”, diz um trecho da nota.



<https://www.facebook.com/tcegaucho/posts/3853381434744592>

TCE-RS construiu **Plano Antirracista**

O TCE-RS inovou ao tratar especificamente do tema do racismo nesta gestão, contando com uma assessoria especial para Direitos Humanos, com ênfase no compromisso da igualdade racial. Nesta perspectiva, foi criado um Grupo de Trabalho para a elaboração de um Plano Antirracista no âmbito do TCE-RS, o que resultou em um Plano pioneiro que orienta a administração do Tribunal e que deverá ser referência para outras instituições e também para os gestores fiscalizados.

Além das atividades internas, o Grupo realizou três eventos de formação através da Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, contribuindo para a elaboração e execução do primeiro curso de formação “TCE-RS do Futuro Auditores/as e auditorias numa perspectiva interseccional de Direitos Humanos e Fundamentais”, para as turmas de servidoras e servidores ingressantes em 2021.

Acesse aqui a íntegra do Plano Antirracista



<https://cloud.tce.rs.gov.br/s/7pfndDXKi2o3tF8>

Corpo técnico do TCE-RS por raça:

89,1% Branca
9,5% Negra
0,8% Amarela
0,6% Indígena



O

Relatório do GT, apresentado em agosto de 2021, contém a descrição de 11 ações realizadas, 2 ações em andamento e 4 propostas de regulamentações. Com base no diagnóstico realizado, foi sugerida a criação de uma estrutura permanente para o assessoramento na área, o que foi recepcionado pelo Pleno do TCE-RS com a aprovação, em novembro deste ano do projeto de Resolução que criou o Comitê de Assessoramento Permanente Antirracista (CAPA), de caráter propositivo e consultivo, em matéria de igualdade racial, racismo e temas correlatos, com alcance nas relações institucionais internas e externas, no exercício das funções de controle externo, nas ações administrativas e de gestão.

O CAPA será composto por servidores do Tribunal de Contas e contará, preferencialmente, com pelo menos um representante da sociedade civil organizada e da comunidade acadêmica gaúcha que desenvolva pesquisa em matéria de igualdade racial, racismo e temas correlatos. Também poderá integrar o Comitê de Assessoramento Antirracista qualquer servidor e/ou Conselheiro que manifestar interesse. O Projeto de Resolução aprovado pelos conselheiros também estabelece que o Tribunal de Contas gaúcho inserirá campo obrigatório para autodeclaração de raça em todos os seus formulários de dados nos quais se peça, no mínimo, nome, matrícula e/ou CPF, independentemente de vínculo com o Órgão.

Entre outras definições, o TCE-RS regulamentou seu programa de estágios para atender ao mandamento constitucional de igualdade material, passando a observar o “quantitativo inferior ao estipulado em lei” – contratação de Pessoas Com Deficiência (10% do seu quadro funcional) e pessoas negras (20% do seu quadro funcional). Assim, a cada edital, o gestor deverá avaliar seu quadro de funcionários e, a partir deste quantitativo, estipular se as vagas serão universais, para PCD’s ou para negros/as. A medida pretende diminuir as desigualdades entre grupos subalternizados nos quadros funcionais do Tribunal de Contas, dando prioridade às Ações Afirmativas nos seus processos seletivos. Na mesma linha, por proposição do TCE-RS, o Tribunal de Justiça (TJRS), o Ministério Público (MPRS), o Tribunal de Justiça Militar (TJMRS) e a Defensoria Pública do Estado assinaram um Protocolo de Intenções para a criação de normas capazes de unificar procedimentos, nomenclaturas e métodos no que se refere à observância do respeito às cotas para pessoas negras no preenchimento de vagas funcionais.

Em 01 de dezembro, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o TCE-RS lançou, em webconferência organizada por sua Escola Superior de Gestão e Controle, o livro “Educação antirracista – fiscalização e desafios”. A publicação é uma iniciativa do GT 26-A, grupo de trabalho que o TCE-RS integra junto a diversos órgãos públicos, e da Editora da UFRGS, por meio do DEDS (Departamento de Educação e Desenvolvimento Social), e da ESGC Publicações.

Em 09 de dezembro, o TCE-RS assinou protocolo de intenções em parceria com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público Estadual, a Defensoria Pública Estadual e o Tribunal de Justiça Militar do RS para elaborar uma proposta conjunta de aperfeiçoamento da política de cotas raciais e da formação de um grupo de trabalho interinstitucional para tratar do tema.

Na área de nossa Comunicação Social, destaque nesse tema para o programa “Negritude TCE” o único podcast de um Tribunal no Brasil, com o intuito de entrevistar ativistas e pesquisadores relacionados à temática racial, bem como, apresentar e fomentar a cultura afro-brasileira.



Webconferências



Qual o papel dos tribunais na luta contra o racismo?

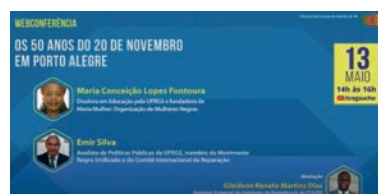
Apresenta as ações do Grupo de Trabalho Antirracista do TCE-RS, que está construindo um programa antirracista para o Órgão de Controle, e oferecer suas percepções sobre o papel dos tribunais no combate ao racismo, visando à troca de experiências.



<https://youtu.be/i8wKjwPB2X8>

Os 50 anos do 20 de Novembro em Porto Alegre

A atividade tem o propósito de promover a luta contra o racismo e trabalhar a questão antirracista dentro e fora da instituição, disseminando um olhar mais atento à História brasileira.



<https://youtu.be/roQCw9Kk2CU>

Notícias relacionadas:

Presidente do TCE-RS propõe pauta
antirracismo à Atricon

[https://portalnovo.tce.rs.gov.br/noticia/presidente-
-do-tce-rs-propoe-pauta-antirracismo-a-atricon/](https://portalnovo.tce.rs.gov.br/noticia/presidente-do-tce-rs-propoe-pauta-antirracismo-a-atricon/)



Conselheiros do TCE-RS se manifestam
contra o racismo estrutural

[https://portalnovo.tce.rs.gov.br/noticia/conselheiros-do-tce-
-rs-se-manifestam-contr-o-racismo-estrutural/](https://portalnovo.tce.rs.gov.br/noticia/conselheiros-do-tce-rs-se-manifestam-contr-o-racismo-estrutural/)



Discussão sobre Igualdade de Gênero ganha força com proposta de Plano e Política

O tema da igualdade de gênero vem sendo discutido há alguns anos, no TCE-RS, pelo Grupo de Estudos de Inclusão Social (GEIS). Neste sentido, nos últimos dois anos, o GEIS realizou reuniões semanais para a discussão da temática no Tribunal. Também foram realizadas 2 webconferências e 4 seminários regionais sobre políticas para mulheres.

Além das reuniões ordinárias e objetivando o aprofundamento teórico das suas integrantes, a partir de junho de 2020 foi implementado no GEIS um grupo de estudo dirigido, com a leitura e discussão de textos sobre os mais variados assuntos relacionados à igualdade de raça e gênero, em encontros semanais.

Corpo técnico do TCE-RS por gênero:

59% Homem
41% Mulher

Em 8/3/2021, através da Portaria nº 3/2021, foi criado o Grupo de Trabalho para elaboração do Plano de Igualdade de Gênero no âmbito do TCE-RS, que elaborou e apresentou à Presidência uma primeira versão, em 6/4/2021; e em forma de Proposta de Resolução para instituir uma Política de Igualdade de Gênero no âmbito do TCE-RS, em 25/5/2021.

A proposta, já encaminhada na forma de Projeto de Resolução para exame do relator, foi elaborada com base em diagnóstico das necessidades do Tribunal na temática e com fundamento em princípios constitucionais e em acordos e normas internacionais e regionais, entre as quais se destacam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, da ONU.

Webconferências



Políticas Públicas para as Mulheres

Seminário Regional que trata das políticas públicas para mulheres e conselhos municipais de direitos. O Seminário está dividido em 4 painéis, este primeiro aborda as políticas públicas para mulheres.



<https://youtu.be/NpfrbUyvMt0>



Violência Doméstica e Pandemia

Discussão sobre como as instituições podem melhorar a capacidade do Estado de promover políticas públicas eficientes contra a violência doméstica.



<https://youtu.be/HN-DJViaHX8>

Mulheres nos Espaços Públicos

Debate sobre a representatividade das mulheres nos espaços públicos, sobre as dificuldades e tensões, bem como as perspectivas futuras.



<https://www.facebook.com/tcegaucho/videos/233898241390376/>



Educação infantil é tema de destaque

A iniciativa teve por objetivo ampliar a publicização de dados relativos ao atendimento em educação infantil pelos municípios do Rio Grande do Sul e promover o debate acerca da relevância da primeira etapa da educação básica. O primeiro produto foi a realização da webconferência “Educação Infantil em Tempos de Pandemia”. Promovido pela Escola do TCE-RS no dia 05 de junho de 2020, o evento abordou os impactos da pandemia do coronavírus na educação das crianças de 0 a 5 anos. O vídeo se encontra no canal do TCE-RS gaúcho no YouTube e conta com mais de 26 mil visualizações.

No dia 08 de fevereiro de 2021, o Tribunal de Contas lançou a nova edição da tradicional Radiografia da Educação Infantil, referente aos anos de 2010 a 2019. O estudo apresentou o histórico da evolução de cada município no atendimento em creche e pré-escola, além de indicadores da educação infantil, como o número de turmas, a quantidade de crianças por turma, o número de horas-aula e a formação dos professores. A Radiografia também contemplou as receitas e despesas municipais relacionadas com a primeira etapa da educação básica.

Ainda dentro da iniciativa estratégica da educação infantil, em maio de 2021 o Tribunal de Contas do Estado lançou o E-book “Educação Infantil: uma visão multidisciplinar”. A obra, editada pela Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, foi organizada em celebração aos dez anos da Radiografia da Educação Infantil e conta com 13 capítulos, escritos por 35 autores, registrando a atuação do controle externo para a ampliação da oferta de vagas em educação infantil e divulgando pesquisas acadêmicas relativas à temática.



Webconferência Educação Infantil em tempos de pandemia

Evento para debater os impactos da epidemia do coronavírus na educação das crianças de 0 a 5 anos.



<https://www.youtube.com/watch?v=VGrZTxMqUlg>

E-book Educação Infantil



<http://encurtador.com.br/bqA25>



Debate sobre o novo FUNDEB e os desafios para a gestão e o controle

O TCE-RS acompanhou a tramitação do novo FUNDEB no Congresso Nacional. Por intermédio do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), o presidente Estilac Xavier firmou ofício dirigido à Câmara dos Deputados, requerendo a aprovação da emenda constitucional que tornou o FUNDEB uma fonte permanente de financiamento da educação básica. O ofício destacou a importância dessa fonte para a redistribuição de recursos, garantindo que os municípios com baixa arrecadação consigam manter suas redes de ensino.

Campanhas de solidariedade

Em 2020, o TCE-RS criou a campanha interna #Em Nome Da Vida, com o objetivo arrecadar recursos para a compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e para a doação de cestas básicas às comunidades vulneráveis indicadas pelo Comitê Emergencial de Combate à Fome.

Também foram arrecadados recursos para doações a instituições como a Orquestra Villa-Lobos e a Escola de Educação Infantil Joana D'Arc. Em abril de 2021, o TCE-RS criou a campanha "RS Sem Fome", iniciada na Páscoa e que se prolongou durante o resto do ano. A ação solidária contou com a parceria das associações representativas dos servidores do Tribunal (ASTC, Ceape-Sindicato e AFA).

No mês de julho, foi realizado o Drive-Thru da Solidariedade, em que servidores e comunidade foram convidados a passar pelo prédio-sede do Tribunal de Contas para doação de agasalhos que foram repassados à Organização de Mulheres Negras – Maria Mulher, que atende mais de 120 famílias na região da Vila Cruzeiro, em Porto Alegre.

A ONG Maria Mulher também foi beneficiada com a doação de botijões de gás, que foram adquiridos por um preço mais baixo devido à quantidade adquirida. Em agosto de 2021, o TCE-RS entregou ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia cobertores adquiridos com recursos doados pelos servidores, por meio das associações representativas (ASTC, Ceape e AFA).

Todos os anos, o Tribunal de Contas realiza o Natal dos Terceirizados, ocasião em que são distribuídas cestas básicas aos servidores terceirizados da Instituição e brinquedos àqueles que têm filhos menores de 12 anos. Em 2020, os funcionários da limpeza, manutenção e CVMI receberam cestas básicas e presentes para as crianças. Independentemente das ações institucionais promovidas pelo TCE-RS por meio das associações representativas, os servidores do Tribunal também realizam suas próprias campanhas de solidariedade, principalmente nos Serviços Regionais de Auditoria.

SOLIDARIEDADE

10

Parcerias e **comunicação**

para **agregar e promover**
o trabalho desenvolvido



Parcerias e comunicação

O TCE-RS entende a importância de cooperar com outras instituições e de comunicar suas ações e resultados à sociedade, com o objetivo de aprimorar o trabalho dos órgãos públicos e prestar contas ao cidadão. É por isso que, no biênio 2020-2021, o Tribunal buscou parcerias com universidades, com os demais Poderes do Estado e com renomados especialistas para garantir que suas ações contra a Covid-19 fossem norteadas pelo interesse público.

Na comunicação, o TCE-RS seguiu informando a sociedade sobre suas atividades, demonstrando que o trabalho não só teve continuidade, mesmo que a distância, como se intensificou, já que as administrações públicas se depararam também com uma necessidade maior de recursos para enfrentar a pandemia. Por meio da mídia tradicional, das redes sociais e de ferramentas de comunicação interna, foram disponibilizadas aos servidores do Tribunal e a todos os cidadãos dados e informações relevantes, estimulando a participação e o controle social.

Tribunal de Contas constituiu **Comitê Científico**

Em 18 de maio, o TCE-RS instalou seu Comitê Científico, iniciativa pioneira no sistema de controle externo brasileiro. A proposta surgiu da necessidade de uma maior interação do Tribunal com o saber científico ao longo da pandemia. Em trabalho voluntário, os integrantes do Comitê Científico, todos com notórios conhecimentos em diferentes áreas, notadamente na saúde e epidemiologia, passaram a assessorar a gestão quanto às medidas de enfrentamento à Covid-19 a partir de demandas da Direção de Controle e de Fiscalização do Tribunal.

Integram o Comitê Científico de apoio ao TCE-RS em processos que envolvam medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 o Neurologista, Professor do Departamento de Farmacologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Artur Francisco Schumacher Schuh; o Cirurgião Dentista, Professor do Departamento de Estomatologia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Carlos Heitor Cunha Moreira; o Biólogo, Professor da Escola de Medicina da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS e Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, José Roberto Goldim; a Epidemiologista, reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, Lucia Campos Pellanda; a Doutora em Química Industrial, professora do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Nádyá Pesce da Silveira; o Doutor em Epidemiologia, Professor da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pedro Curi Hallal; a Farmacêutica-Bioquímica, Professora do Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Priscila de Arruda Trindade; a Farmacêutica, gestora de Suprimentos do Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA, Simone Dalla Pozza Mahmud; e o Professor do curso de Odontologia e Pró-Reitor Adjunto de Pós-graduação e pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Thiago Machado Ardenghi.

Na sessão do Pleno do dia 08 de dezembro deste ano, o TCE-RS aprovou proposição homenageando o Comitê Científico pelos relevantes serviços prestados, concedendo aos seus integrantes a mais alta distinção da Instituição, a medalha Hercílio Domingues, a ser entregue em sessão especial.

TCE-RS celebra 43 Termos de Cooperação no biênio

O TCE-RS celebrou 23 termos de cooperação em 2020 e 20 em 2021. Em 2020, destaca-se a efetivação de Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), parceria que objetiva o aprimoramento do controle externo, mediante a realização de atividades de capacitação, a geração e a disseminação de conhecimento entre os partícipes e o intercâmbio técnico-científico e de experiências práticas e metodológicas.

Em 2021, foi assinado Termo de Cooperação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Campus Canoas. A parceria objetiva promover a colaboração e o intercâmbio em atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a difusão de informações públicas e o desenvolvimento de materiais e tecnologias em áreas de interesse comum.

Durante a execução do ajuste, as instituições desenvolverão atividades de intercâmbio envolvendo professores, pesquisadores, técnicos, estudantes e demais profissionais, proporcionando a troca e a produção de informações e conhecimentos em atividades como conferências, painéis, cursos, seminários e outros, além de proporcionar oportunidades de estudo e formação.

Outro ajuste de destaque foi celebrado com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH) do Rio Grande do Sul, com o objetivo de intercâmbio de informações e a realização conjunta de ações e divulgação de dados relativos a políticas públicas de direitos humanos. Trata-se de importante parceria, que pode resultar na produção de estudos inéditos, de grande relevância para a promoção da cidadania.

Merece menção também a celebração de termo de cooperação com o governo do Estado, por meio do qual o TCE-RS, juntamente com os demais Poderes, remanejou parte de seus recursos para suplementar o orçamento da Secretaria da Saúde, para melhorar as condições de atendimento e tratamento de doentes da Covid-19. O Tribunal de Contas contribuiu com mais de R\$ 6,7 milhões.

Termo de Cooperação - UFRGS

Por meio da ESGC, o TCE-RS também promoveu um histórico Termo de Cooperação Técnico-Científica com a UFRGS, assinado em junho de 2020, que permitirá que ambas as instituições realizem pesquisas conjuntas em políticas públicas nas áreas da saúde, educação, meio-ambiente; a instituição do Memorial Digital do TCE-RS; e a publicação eletrônica da Revista científica “Crítica e Controle”, com pesquisas e estudos de temas relacionados ao controle externo.

A cooperação também possibilitará capacitar os servidores do TCE-RS pela participação em pesquisas e pela realização de cursos de mestrado profissional em Economia e em cursos de extensão nas áreas de conhecimento de avaliação econômica de políticas públicas e de finanças e ciência de dados.

Comunicação social é componente estratégico

Além das principais decisões do TCE-RS, a Assessoria de Comunicação Social divulgou todos os programas, iniciativas e estudos institucionais, alcançando, como regra, ampla repercussão nos veículos de imprensa e nas redes sociais do TCE-RS em vários momentos importantes. Dois exemplos desse trabalho foram as iniciativas para divulgação dos benefícios de auditoria e do estudo sobre a transparência da vacinação no estado.

1. Benefícios de auditoria

Trabalho realizado em conjunto com a DCF, que disponibilizou as informações sobre os benefícios gerados pelas auditorias concomitantes, incluindo uma economia estimada em mais de R\$ 607 milhões no primeiro ano de pandemia.

A estratégia de mídia elaborada pela ACS: o oferecimento da pauta para a produção de uma reportagem para a televisão; produção de matérias para o site do TCE-RS e boletins de rádio abordando os benefícios por região do Estado; uso das redes sociais; e a disponibilização de um técnico do Tribunal para conceder entrevistas e responder às dúvidas da imprensa.

Resultados da divulgação:

- Espaço nos principais veículos de comunicação do RS (RBS TV, jornal Correio do Povo, portal G1 RS, rádios ABC e Bandeirantes, Diário de Santa Maria);
- Aumento de **85,9%** nas interações com o conteúdo do Instagram do TCE-RS (em comparação com o período anterior);
- **416** aproveitamentos dos boletins de rádio produzidos pela ACS e reproduzidos por emissoras de todo o Brasil, filiadas à Agência Radioweb.

2. Análise da transparência das informações sobre a vacinação contra a Covid-19

O trabalho foi dividido em duas etapas. A primeira consistiu em uma divulgação dos resultados preliminares da avaliação, seguida de um prazo para que os municípios fizessem os ajustes em seus sites oficiais/portais de transparência e solicitassem ao TCE-RS revisão de suas notas. Finalizado o prazo, houve nova avaliação dos endereços eletrônicos daqueles municípios que solicitaram revisão.

A divulgação da ACS também ocorreu em duas etapas; em ambas, obtivemos espaços importantes na imprensa, começando por reportagens exclusivas na RBS TV (exibidas em 13/08 e 11/10). Repetindo a fórmula bem-sucedida da divulgação dos benefícios de auditoria, produzimos matérias regionais, destacando as cidades que obtiveram os melhores e piores resultados e distribuindo-as ao mailing específico de cada região. Essa estratégia gerou repercussão nos principais veículos de imprensa do interior do RS, incluindo os veículos regionais.

Rádio TCE-RS

2020

173 boletins produzidos pela ACS e encaminhados para distribuição pela Agência Radioweb;

Esses boletins tiveram **20.623** aproveitamentos por emissoras do RS e dos demais estados brasileiros.

Considerando o tempo médio de 2 minutos por boletim, o tempo total de exposição foi de **687** horas;

1.870 emissoras, localizadas em **1.336** municípios, utilizaram os boletins.

2021 (01 de janeiro a 27 de outubro)

83 boletins produzidos pela ACS e encaminhados para distribuição pela Agência Radioweb;

Esses boletins foram tiveram **8.307** aproveitamentos;

Considerando o tempo médio de 2 minutos por boletim, o tempo total de exposição foi de **277** horas;

1.209 emissoras, localizadas em **938** municípios, utilizaram os boletins.

Atitude TCE-RS Entrevista

Mais de **60** programas



TCE-RS na mídia

2020: Total de matérias citando o TCE-RS: **3.886**

Positivas: 2817 (72,5%)

Negativas: **588 (15,1%)**

Neutras: **481 (12,4%)**

2021: Total de matérias citando o TCE-RS: **2.000**

Positivas: 1668 (83,4%)

Negativas: **118 (5,9%)**

Neutras: **214 (10,7%)**



COMUNICAÇÃO

Chegamos, em outubro deste ano, a um dos mais **altos indicadores de matérias positivas sobre o TCE-RS** na mídia, segundo levantamento da CWA: **93,36%**

A ACS também esteve à frente, junto com a SINP, nas definições do novo Portal do TCE-RS e desenvolveu intensas atividades de comunicação interna, cujas demandas cresceram bastante no período pandêmico.

Redes Sociais

até 30/11/21



FACEBOOK
tcegaucho



Curtidas: **10.511**



INSTAGRAM
tcegaucho



Seguidores: **3.187**



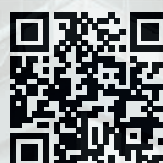
TWITTER
tcers



Seguidores: **9.263**



LINKEDIN
company/tcers



Seguidores: **605**



YOUTUBE
tcegaucho



Inscritos: **8.531**



Relatório de **Gestão**

biênio
2020
2021